

O REAL MOSTEIRO DE SANTA MARIA DE MACEIRA DÃO

UM MOSTEIRO CISTERCIENSE NOS SÉCS. XVII-XVIII.

AS INTERVENÇÕES DE 1613-1700 NO MOSTEIRO
E AS INTERVENÇÕES DE 1744-1779 NA IGREJA



Isabel Maria de Moura Anjinho Marques dos Carvalhos

Mestrado em História da Arte

Seminário: “Arte das Ordens Religiosas II”

Docente: Prof. Doutor Nelson Correia Borges

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

2006

Índice

1. Introdução	3
2. Enquadramento da arquitectura e da arte na Ordem de Cister	4
3. A Ordem de Cister em Portugal	4
4. Características dos mosteiros de Cister	5
5. Cronologia das intervenções no Mosteiro de Santa Maria de Maceira Dão	7
6. Comparação do organigrama interno com o plano ideal de mosteiro cisterciense	8
7. N cerca	13
8. Análise da igreja	13
9. Propostas de reconstituição do mosteiro	15
12. Fontes e Bibliografia	18

SANTA MARIA DE MACEIRA DÃO

UM MOSTEIRO CISTERCIENSE NOS SÉCS. XVII E XVIII

AS INTERVENÇÕES DE 1613-1700 NO MOSTEIRO E DE 1744-1779 NA IGREJA

1. Introdução

O Mosteiro de Santa Maria de Maceira Dão é um espaço que cativa e fascina, com intervenções de várias épocas, conservando ainda algumas das edificações medievais. Se o estado a que chegou é o de uma ruína lamentável, por outro lado é uma oportunidade rara de sentir ainda o ambiente original, quase intocável. Estão ali bem patentes, de uma forma dolorosa, as consequências trágicas da desamortização, naquele, e em tantos, e tantos, mosteiros e conventos do nosso País.

Numa primeira análise do mosteiro centrámo-nos na igreja, uma vez que a sua originalidade, dimensão, forma e carácter particulares, nos tocaram profundamente... Nada parecia corroborar a tese de todos os roteiros, e até de conceituados autores: “de um pequeno e pobre mosteiro de Cister”¹.

O estudo da Ordem de Cister, dos dogmas em que se baseava, da forma como viviam os monges... a análise do organigrama interno do mosteiro, fizeram-nos suspeitar que toda a estrutura medieval da antiga igreja ainda lá se mantinha, “encapotada”, pois de facto as semelhanças com o mosteiro teórico cisterciense eram muitas, e, quando havia desvio, existia uma razão óbvia que deveria ter estado, certamente, na mente de quem ergueu o de Maceira Dão (**Ilustração 1 e peças desenhadas**).

A análise das plantas e alçados do mosteiro permitiram-nos, depois, sistematizar, de uma forma mais segura, as principais intervenções, isto é, as etapas mais marcantes, uma vez que as obras se foram prolongando de uma forma quase ininterrupta². E assim, o mosteiro foi sendo “desmontado” e “acrescentado”, com recurso às ferramentas informáticas, e atendendo às “pistas” e vestígios que a arquitectura, cedo ou tarde, acaba por revelar. A exagerada espessura das paredes da igreja, os alinhamentos, e a aplicação da teoria do Prof. Kruger sobre a “montagem” da igreja típica cisterciense³, orientou-nos no sentido da possibilidade da igreja elíptica ter utilizado parte das paredes, ou estrutura, duma sua antecessora, esta completamente dentro dos cânones de Cister: uma igreja monoaxial rectangular com as proporções de Fontenay, Santes Creus, Beaumont, Fossanova e Poblet, e que, segundo Mário Kruger são as que melhor caracterizam os princípios da Ordem de Cister (**Ilustração 2**).

¹ REAL, Manuel Luís, *A construção cisterciense em Portugal durante a Idade Média*, “Arte de Cister em Portugal e Galiza”, Coordenação de Jorge Rodrigues e Xosé Carlos Valle Pérez, s/l, Fundação Calouste Gulbenkian e Fundación Pedro Barrié de la Maza, 1998, p.77.

² Gostaríamos de agradecer a todos quantos nos facultaram o acesso às peças desenhadas, nomeadamente, ao Dr. Pedro Pina Nóbrega, da Câmara Municipal de Mangualde, que nos forneceu as peças desenhadas que permitiram desde logo entender o espaço aquando da visita, que gentilmente também acompanhou. À arquitecta Mariana Ferreira, pelo envio dos desenhos em formato digital, desenhos esses que haviam sido executados pelos arquitectos Ana Paula Nabais dos Santos e Vítor Manuel Correia Leite da Silva. Limitámo-nos a trabalhar essa base, havendo no entanto ainda muito por fazer, nomeadamente cortes, bem como a correcção de erros de levantamento, devidos à inacessibilidade, actual, ao 1º piso.

³ KRUGER, Mário Júlio Teixeira, SILVA, Cidália Maria Ferreira da, *A gramática da forma das igrejas cistercienses*, “Actas. Cister. Espaços, territórios e paisagens. Colóquio internacional de 16-20 de Junho 1998. Mosteiro de Alcobaça”, volume I, Ministério da Cultura/Instituto Português do Património Arquitectónico, Lisboa, Dezembro de 2000, p.309.

Assim, a verificação sobre se tratar de uma refundação “ao modo antigo”, ou de uma simples mutação das formas, teve a sua verdadeira “prova de fogo” na igreja, pois em todo o restante espaço admitir a simples mutação das formas foi bastante simples, e estávamos, desde o início, bastante inclinados para esta hipótese de uma forma geral.

Temos, no entanto de referir que fomos alertados para os erros nas dimensões das peças desenhadas poderem ser bastante grandes (devido à inacessibilidade do espaço)⁴, pelo que optamos por manter os erros nas peças desenhadas, como forma de garantir a verdade “até ao momento”.

Assim, mesmo que tenhamos avançado algumas “pistas”, elas terão sempre de ser confirmadas por uma pesquisa arqueológica, com a vantagem de, assim, ela poder ser muito mais direccionada, e, consequentemente, muito mais económica.

A metodologia que seguiremos para a apresentação deste estudo tenta acompanhar a sequência do raciocínio feito que possibilitou a “desconstrução” das peças, sendo difícil por vezes escolher a ordem, uma vez que a mente não trabalha de uma forma linear.

2. Enquadramento da arquitectura e da arte na Ordem de Cister

O estudo da arquitectura e escultura cisterciense deve ser equacionado e analisado de acordo com as ideias de São Bernardo sobre a arte⁵. O mosteiro é o horizonte de todo o monge, espaço simples, pobre, despojado, propício ao recolhimento e oração, o local da arte espiritual⁶. S. Bernardo criticava todos os luxos materiais, as imensas construções, os “sumptuosos polimentos, ornamentações e curiosas pinturas”, e tudo o que poderia servir para distrair os monges ou, mais perigoso, imitar o gosto de judeus e idólatras⁷. A escultura preconizada seria a “não escultura” e a ausência de toda a representação, e apesar dos Capítulos Gerais de Cister de 1134, 1213, e 1251 terem interdito toda a representação figurativa em esculturas e pinturas, observam-se, para além dos capitéis completamente lisos, também alguns esculpidos cujo tema é a flora, mas só as folhas, uma vez que S. Bernardo considerava a Natureza como a manifestação da eterna beleza divina, conjugada com a perfeição das proporções musicais, do silêncio e da luz⁸. Em termos formais são diversas as tipologias de capitéis cistercienses, mas todas com o objectivo de satisfazer as exigências de simplicidade. Em termos simbólicos os capitéis deviam ser vistos como o espelho da Natureza, das plantas, da própria criação divina, numa reminiscência do Éden⁹.

3. A Ordem de Cister em Portugal

São poucas, e confusas, as referências documentais à introdução da ordem cisterciense em Portugal. É no entanto comumente aceite que as primeiras comunidades, quer Tarouca, quer Salzedas, eram

⁴ A arquitecta Mariana Ferreira, familiar dos proprietários.

⁵ DUARTE, Eduardo, *Os capitéis do Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça: aspectos estéticos, plásticos e funcionais*, “Actas. Cister. Espaços, territórios e paisagens. Colóquio internacional de 16-20 de Junho 1998. Mosteiro de Alcobaça”, volume II, Ministério da Cultura/Instituto Português do Património Arquitectónico, Lisboa, Dezembro de 2000, p.359.

⁶ Idem, p.360.

⁷ Ibidem.

⁸ Idem, p.360-361.

⁹ Idem, p.361.

filiações de anteriores comunidades monásticas, e não criadas de raiz¹⁰ (**Ilustração 3**). De facto, até se verifica que, grande parte das comunidades cistercienses, teriam sido anteriormente beneditinas (até porque segundo as normas arquitectónicas de Cister mantinha-se válida a estrutura do mosteiro beneditino¹¹), o que aconteceu, nomeadamente, em Santa Maria de Maceira Dão (1188). De referir, igualmente, e com datação do momento em que se tornaram cistercienses, São João de Tarouca (1142-44), Santa Maria de Salzedas (1150) e São Pedro das Águias (1170), devido a algumas semelhanças que referiremos posteriormente.

Os meados de séc. XV constituíram um ponto alto na vida dos mosteiros cistercienses. E a segunda metade já uma fase de decadência, devido às sucessivas crises económicas e sociais, mas sobretudo à entrada dos comendatários no seu governo¹².

Mais tarde, culminando o período de crise grave, marcada pelo desgoverno e abandono de inúmeros mosteiros, o séc. XVI foi, quanto à Ordem de Cister, um século de profundas mudanças, iniciadas já com D. Manuel, e implementadas com a criação da Congregação de Santa Maria de Alcobaça da Ordem de São Bernardo, em 1567, por iniciativa do cardeal D. Henrique¹³.

Maceira Dão era mais uma “abadia-filha” de Alcobaça¹⁴, servindo inclusivamente de “estância de férias” para os seus monges¹⁵.

4. Características dos mosteiros de Cister

O local era escolhido tendo em atenção a topografia, o isolamento em relação a núcleos habitados, o fácil acesso a bons terrenos agrícolas (para exploração directa por parte dos monges, pelo menos numa primeira fase) e com recursos hídricos de fácil captação¹⁶ (**Ilustração 4**). Se a localização era a conveniente, mas o espaço do edifício pré-existente deficiente para albergar uma comunidade acrescida, e inadequado às exigências da nova “*práxis*”, pouco tempo depois, os religiosos iniciavam a construção de um novo edifício, sendo a igreja normalmente a primeira preocupação construtiva. Depois, a cozinha ocupava uma posição estratégica em relação ao abastecimento de água ao mosteiro. Assim, se a filiação de comunidades monásticas ou eremíticas pré-existentes, para a formação de novos

¹⁰ RODRIGUES, Miguel Areosa, *Perspectivas para o estudo arqueológico dos estabelecimentos cistercienses do Vale do Varosa (Tarouca)*, “Actas. Cister. Espaços, territórios e paisagens. Colóquio internacional de 16-20 de Junho 1998. Mosteiro de Alcobaça”, volume II, Ministério da Cultura/Instituto Português do Património Arquitectónico, Lisboa, Dezembro de 2000, p.507.

¹¹ BRAUNFELS, Wolfgang, *Arquitectura monacal en occidente*, Barcelona, Barral Editores, S. A., 1974, p.127.

¹² FONTES, Luís Fernando de Oliveira, *Mosteiro de Santa Maria de Bouro, Amares: aproximação à evolução arqueológica do edificado pós-medieval*, “Actas. Cister. Espaços, territórios e paisagens. Colóquio internacional de 16-20 de Junho 1998. Mosteiro de Alcobaça”, volume II, Ministério da Cultura/Instituto Português do Património Arquitectónico, Lisboa, Dezembro de 2000, p.529.

¹³ Ibidem.

¹⁴ MARQUES, Maria Alegria Fernandes, *O Mosteiro de Alcobaça na transição dos séculos XIV e XV: o protagonismo de D. João Dornelas*, “Actas. Cister. Espaços, territórios e paisagens. Colóquio internacional de 16-20 de Junho 1998. Mosteiro de Alcobaça”, volume I, Ministério da Cultura/Instituto Português do Património Arquitectónico, Lisboa, Dezembro de 2000, p.75.

¹⁵ Informação do Dr. João Fonseca, historiador, que muito agradecemos.

¹⁶ RODRIGUES, Miguel Areosa, *Perspectivas para o estudo arqueológico dos estabelecimentos cistercienses do Vale do Varosa (Tarouca)*, “Actas. Cister. Espaços, territórios e paisagens. Colóquio internacional de 16-20 de Junho 1998. Mosteiro de Alcobaça”, volume II, Ministério da Cultura/Instituto Português do Património Arquitectónico, Lisboa, Dezembro de 2000, p.507 e 512.

mosteiros, era habitual, também parece ser frequente que o local de implantação das novas comunidades fosse distinto do anterior, procurando adaptar-se melhor às exigências e preceitos da nova regra¹⁷.

Os monges deveriam viver em harmonia sob uma só caridade, uma regra única e costumes semelhantes. Sendo assim, para além de toda a estrutura orgânica de funcionamento da Ordem, a observância da regra de S. Bento, a vivência dos mesmos usos e costumes e o seguimento da mesma liturgia em todas as abadias terão prescrito uma uniformidade indiscutível à planimetria monástica cisterciense¹⁸. E, talvez porque as regras se mantiveram, em toda a Idade Média e Renascimento, nunca se alterou, ou tentou alterar, o número ou disposição das dependências em torno do claustro, mantendo-se invariáveis: igreja, sala capitular, sala de monges, refeitório e casa de conversos, auditório, calefactorio, cozinha e fonte conventual. O plano Bernardino para a igreja configurava a cruz latina¹⁹. A cobertura, em abóbada de berço, coadunava-se com o fecho recto das capelas da cabeceira e a sua aplicação articulada²⁰. Nota-se sempre a influência de Claraival na construção dos mosteiros e igrejas cistercienses, apesar dos nossos arquitectos disporem de alguma liberdade²¹. Existe, assim, de facto, um modelo de abadia cisterciense, mas, por vezes, a planta poderá ser invertida por razões técnicas relacionadas com a natureza do terreno.

Quanto aos materiais e técnicas construtivas, na época medieval as paredes são solidamente alicerçadas em muros/sapatas de alvenaria de blocos graníticos, mais largo que a parede cerca de 30-45 cm para cada lado. O alicerçamento é por vezes reforçado, nos alçados exteriores, pela construção escalada das fiadas inferiores²². As paredes mais antigas, com uma espessura de 82.5cm (normalmente variavam entre 80cm e 1m), apresentam um excelente aparelho, formado por silhares de granito de afloramentos próximos, bem aparelhados, com miolo preenchido por argamassa de saibro e cascalho²³. A pedra era o material de construção por excelência para os cistercienses, uma vez que era proibida a ostentação mas recomendadas a claridade, limpeza e durabilidade. Assim a atenção concentrou-se no seu corte, ligações e proporções dos espaços. Todos os edifícios eram construídos com pedra clara, e de pedra eram o chão, as paredes, as abóbadas e os vãos, preceitos que foram, sem dúvida, uma forte contribuição para o aparecimento do estilo gótico²⁴. Quanto às siglas na pedra, encontramos em Maceira Dão uma que se repete mais profusamente: um báculo (**Ilustração 5**). Ora, sabe-se que uma das relíquias mais célebres de Cister era o báculo de Santo Estêvão, terceiro abade da Ordem, feito de “pau,

¹⁷ Idem, p.509.

¹⁸ PAGARÁ, Ana Fátima, *O Mosteiro de São João de Tarouca: um importante legado cisterciense a preservar*, “Actas. Cister. Espaços, territórios e paisagens. Colóquio internacional de 16-20 de Junho 1998. Mosteiro de Alcobaça”, volume II, Ministério da Cultura/Instituto Português do Património Arquitectónico, Lisboa, Dezembro de 2000, p.643.

¹⁹ Ibidem.

²⁰ Ibidem

²¹ NUNES, Ana, *Intervenção arqueológica na ala norte do Mosteiro de Alcobaça. Contributos para o conhecimento da funcionalidade do espaço antes do século XVI*, “Actas. Cister. Espaços, territórios e paisagens. Colóquio internacional de 16-20 de Junho 1998. Mosteiro de Alcobaça”, volume II, Ministério da Cultura/Instituto Português do Património Arquitectónico, Lisboa, Dezembro de 2000, p.524.

²² BRAUNFELS, Wolfgang, *Arquitectura monacal en occidente*, Barcelona, Barral Editores, S. A., 1974, p.130.

²³ Ibidem.

²⁴ Idem, p.130-131.

tosco e rude”²⁵. Seria a marca dos construtores da Ordem? Siglas atribuíveis a canteiros monges ou conversos, contrariando a ideia de que as siglas serviriam unicamente como forma de permitir o ajuste de um trabalho? E corroboraria em parte a lenda de serem os monges cistercienses os construtores dos seus mosteiros (só em parte, pois não o eram pelo menos em exclusivo)? E de facto, os cistercienses foram os primeiros a afirmar que a construção de novos cenóbios era tarefa exclusiva dos monges²⁶, tal afirmação deve ser entendida “à letra”? É de facto inegável que, em muitos casos, o autor do risco, ou mesmo o mestre pedreiro, fosse um monge, o que permite, até, explicar a expansão do denominado plano típico cisterciense, e, em particular, a expansão do plano Bernardino por toda a Europa²⁷.

Posteriormente, ao período medieval, os padrões técnico-construtivos acusam uma significativa perda de qualidade nos sécs. XVII e XVIII, levantando-se paredes em alvenaria de blocos poligonais, simplesmente faceados, com cascalho nas juntas. As faces das paredes deixaram, por isso, de se apresentar nuas, rematando-se agora com revestimentos de argamassas, mais grosseiras no exterior e mais finas no interior dos compartimentos. Os pavimentos mantiveram-se, quase sempre, em lajes de granito²⁸.

No séc. XVIII, as preocupações orientaram-se sobretudo para os aspectos decorativos, como evidenciam, em Maceira Dão, as fachadas da igreja (**Ilustração 6**) e do mosteiro (**Ilustração 7**), viradas para o terreiro público. No interior, a decoração parece ter sido, na generalidade dos mosteiros, mais contida neste período.

5. Cronologia das intervenções no Mosteiro de Santa Maria de Maceira Dão

Primeiro beneditino em Moimenta do Dão (1139?), cisterciense a partir de 1157, muda-se para Maceira só em 1168, facto que corrobora a aproximação à planta ideal cisterciense.

A **torre** é medieval, do séc. XII, românica (**Ilustração 10 e 11**).

Foram levadas a efeito obras em **1503**, que não alteraram muito o aspecto da casa monacal (**Ilustrações 8 e 9**).

Em 1613 já estaria concluída a construção da **portaria** do convento (**Ilustração 12**). Nota-se que se tratou de um acrescento, pela forma de inserção em planta, respeitando os antigos cunhais; e pela dificuldade na resolução da cobertura²⁹.

O **mosteiro** aparentemente é do séc. XVII (1613-1632-1700)³⁰. Maneirista.

²⁵ PEREIRA, José Fernandes, *Cister, a arquitectura e a cultura artística na época moderna*, “Arte de Cister em Portugal e Galiza”, Coordenação de Jorge Rodrigues e Xosé Carlos Valle Pérez, s/l, Fundação Calouste Gulbenkian e Fundación Pedro Barrié de la Maza, 1998, p.236.

²⁶ BRAUNFELS, Wolfgang, *Arquitectura monacal en occidente*, Barcelona, Barral Editores, S. A., 1974, p.129.

²⁷ TEIXEIRA, Francisco Manuel de Almeida Correia, *O Mosteiro de Santa Maria de Almoester: construção e siglas de pedreiros*, “Actas. Cister. Espaços, territórios e paisagens. Colóquio internacional de 16-20 de Junho 1998. Mosteiro de Alcobaca”, volume II, Ministério da Cultura/Instituto Português do Património Arquitectónico, Lisboa, Dezembro de 2000, p.549.

²⁸ BRAUNFELS, Wolfgang, *Arquitectura monacal en occidente*, Barcelona, Barral Editores, S. A., 1974, p.130.

²⁹ Informação retirada do arquivo da D.G.E.M.N..

³⁰ ALVES, Alexandre, *O real mosteiro de Santa Maria de Maceira Dão (Concelho de Mangualde)*, Viseu, Câmara Municipal de Mangualde, 1992, p.14.

A **igreja** é dos finais da primeira metade do séc. XVIII (1744-1779), barroca (**Ilustração 13**). Os mestres pedreiros eram do Minho: João Ribeiro Alvres, João Martins, João da Costa Coelho e João Fernandes Ribeiro³¹. Teria sido construída de acordo com uma planta que existia previamente, à qual se faz referência no documento de arrematação das obras. Essa planta, bem como a dos outros edifícios conventuais, teria sido elaborada ainda no séc. XVII. Desconhece-se, no entanto, o seu autor³².

O retábulo e tribuna da capela-mor foram executados por José da Fonseca Ribeiro, de Pinhanços de Seia, em 1780 (**Ilustrações 13, e 15**). O retábulo está agora na igreja de Fragosela, em Viseu (**Ilustração 14**). Outros dois retábulos estão agora na igreja do antigo Recolhimento de N.S. da Conceição, em Mangualde (**Ilustrações 16, e 17**), bem como uma tela da Sagrada Família, de Pascoal Parente, de 1786, representando a fuga para o Egipto (**Ilustração 18**), tema muito caro aos cistercienses. Duas imagens seiscentistas, de S. Bento e S. Bernardo, de madeira policromada e dourada, estarão na capela de São Domingos, em Tibalde. O sino maior, e o relógio, estão na Misericórdia de Mangualde, enquanto que os restantes estão em Alcafache³³.

6. Comparação do organigrama interno com o plano ideal de mosteiro cisterciense

- A **localização** está de acordo com as regras de Cister: num vale, próximo ou sobre um pequeno rio ou riacho (**Ilustração 19**).

- A **ordem dos elementos principais em planta** está de acordo com as regras de Cister: igreja a norte e claustro a sul (**Ilustrações 20 e 21**).

- A **igreja** primitiva (**ver peças desenhadas**) parece estar de acordo com as regras e tipo cisterciense: exclusiva para os monges, sem espaço para o povo e peregrinos, o que originava a não existência, na origem, de portal amplo na fachada oeste. Ainda através da aplicação do método do Prof. Kruger, verificamos a existência, igualmente, de um pequeno coro rectangular, também de acordo com a exigência de São Bernardo, bem como quatro capelas na nave transversal (normalmente eram quatro ou seis), nas quais os monges podiam celebrar missas privadas³⁴. Privilegiava-se a zona da cabeceira da igreja, para a celebração do ofício divino, e a sala do capítulo para a vida da comunidade³⁵. Pensamos que teria também coro elevado (**ver peças desenhadas**), podendo ter existido **nártex**.

- A **igreja actual**: visualizam-se dois púlpitos simétricos que são comuns na época barroca (**Ilustrações 22 e 23**).

- **Acessos à igreja**: pela análise das plantas, ter-se-ão verificado três, uma a partir do claustro, outra que chegava ao coro, vinda directamente do dormitório, e outra que atingia um coro alto, directamente do corredor das celas. Quanto à ligação à igreja a partir do claustro, em particular: a primitiva

³¹Ibidem.

³² Informação tirada do arquivo da D.G.E.M.N..

³³ ALVES, Alexandre, *O real mosteiro de Santa Maria de Maceira Dão (Concelho de Mangualde)*, Viseu, Câmara Municipal de Mangualde, 1992.

³⁴ BRAUNFELS, Wolfgang, *Arquitectura monacal en occidente*, Barcelona, Barral Editores, S. A., 1974, p.133.

³⁵ TEIXEIRA, Francisco Manuel de Almeida Correia, *O Mosteiro de Santa Maria de Almozer: construção e siglas de pedreiros*, "Actas. Cister. Espaços, territórios e paisagens. Colóquio internacional de 16-20 de Junho 1998. Mosteiro de Alcobaça", volume II, Ministério da Cultura/Instituto Português do Património Arquitectónico, Lisboa, Dezembro de 2000, p.547.

comunicação da igreja com o claustro, centro organizador das funções monásticas, processava-se por uma porta desprovida de ornamentação, rasgada no muro da nave, disposta em correspondência com outra semelhante que no flanco oposto se abria ao espaço cemiterial (a “porta dos mortos”).

-A **torre medieval**, a nascente, é a estrutura mais antiga do mosteiro, remontando, talvez ao período da fundação do mosteiro neste local (**Ilustrações 24 e 25**). Ao nível do solo abrem-se duas portas, uma rectangular, e outra de arco de volta inteira, com seis aduelas. O primeiro andar dispõe de duas janelas quadrangulares de arestas chanfradas, e no último piso abrem-se três janelas, uma semelhante às do primeiro andar, e as outras duas de arco abatido. Encostada à parede de poente da torre, encontra-se uma estreita escadaria através da qual se acede ao primeiro andar da torre³⁶.

-O **espaço intersticial**: resultante da mudança de forma da igreja e da dificuldade de compatibilização das coberturas (**Ilustrações 26, 27 e 28**).

-O **claustro** de planta quadrada (muito semelhante ao claustro do Mosteiro de São Pedro das Águias³⁷ (**Ilustração 30**)), onde o silêncio era absoluto. O **claustro** é de arcarias sóbrias assentes em colunas prismáticas, almofadadas (**Ilustração 31**). Cada lado possui cinco arcos de volta inteira assentes sobre seis pilares quadrados terminados por entablamento ligeiramente saliente suportando os arcos (**Ilustração 29**). Na parte superior, sobre o friso que limita os arcos rasgam-se portadas de varandas. Todo o rodapé do claustro foi outrora recoberto de azulejaria azul e branca, da qual ainda existem vestígios (**Ilustração 32**). Há aqui quatro portas/vãos dignas de menção: a da Sala do Capítulo, a que conduzia antigamente à igreja e sacristia, a que liga actualmente à igreja e a que acede ao piso superior dos dormitórios. A segunda foi encaixada num portal gótico no séc. XVII, que seria a porta primitiva (**Ilustração 33**).

O claustro medieval teria um só piso? Por cima um sobre-claustro com pavimento com vigamento de madeira e soalhos, assim como tectos de abóbadas de caixotões, também em madeira, para onde abriam os dormitórios, e posteriormente as celas (**Ilustrações 34 e 35**). Cada alçado possui três janelas de sacada com pequena varanda (**Ilustração 36**).

Ao centro, um pequeno tanque quadrado, rodeado por canteiros envolvidos por muretes de cantaria, também de acordo com os preceitos de Cister, configuram um espaço cujo lajeado é já da época moderna (**Ilustração 37**). A fachada repetitivamente fenestrada, liga o conjunto através de cornijas salientes que correm sobre todos os edifícios (**Ilustração 38**).

- A **sacristia**: está claramente apontada na planta, agora aparentemente sem ligação à igreja, com a qual comunicava directamente. Seria uma situação fácil de pesquisar.

- O **armarium**: ao qual se acedia quase directamente do claustro, entre este e a sacristia (**ver peças desenhadas**).

³⁶ Informação tirada do arquivo da D.G.E.M.N.

³⁷ OLIVEIRA, Maria Margarida, PORCHER, Jean Pierre, *Mosteiro de São Pedro das Águias*, “Actas. Cister. Espaços, territórios e paisagens. Colóquio internacional de 16-20 de Junho 1998. Mosteiro de Alcobaça”, volume II, Ministério da Cultura/Instituto Português do Património Arquitectónico, Lisboa, Dezembro de 2000, p.677.

- A **sala capitular**: bem implantada relativamente ao claustro, mas não na continuação da sacristia (**Ilustração 39**). Tinha um portal e duas janelas para o claustro, como habitual, para em certas ocasiões permitir a participação dos conversos. Dispunha de um lambril de azulejos, pois os monges sentavam-se ao longo das paredes. A sala do capítulo, conforme a tradição das fachadas capitulares cistercienses, dispunha de porta da entrada e de duas janelas laterais para que os conversos pudessem assistir aos actos em dias de festa. Em Maceira, as janelas foram entaipadas, para adequação à linguagem estética setecentista do claustro, e transformada após a extinção das ordens religiosas, em adega, por particulares (à semelhança da sala do capítulo do Mosteiro de Salzedas³⁸). E tal como em Salzedas, após a dezamortização, documentos houve que foram transferidos para Viseu, onde sofreram um incêndio em 1841. Na soleira, elevada, da porta para o Auditório do Prior, contíguo, aparece novamente a sigla do báculo, mas aqui muito maior (**Ilustração 40**). Poderá considerar-se, talvez, a hipótese desta porta ser posterior, e a pedra de soleira um reaproveitamento (**Ilustração 41**).

- A **escada para o dormitório**: bem posicionada ao lado da sala do capítulo (**Ilustração 45**). Permanece a interrogação sobre o que levaria alguém a entaipar uma coluna salomónica naquele local (**Ilustração 46**). Não faz, igualmente, muito sentido pensar que poderia ser contemporânea da igreja barroca, pois normalmente só se entaipam os elementos “já fora de moda”, inutilizáveis. Estranho também é o local onde ela se encontra, não muito lógico para a “saúde estrutural” daquele canto da parede (**Ilustração 45**).

- O **dormitório**: Para o repouso nocturno, e, mais modernamente, também para estudo. Os monges cistercienses dormiam vestidos ou cingidos com cintos, ou cordas, para possibilitar a ida aos ofícios divinos rapidamente, situando-se as celas, pela mesma razão, próximas da igreja, ou com acesso facilitado, independente, através das chamadas “escadas das matinas” que davam acesso directo do dormitório ao coro (**Ilustração 48**).

S. Bento previa a possibilidade de vários dormitórios mais pequenos, mas conjuntos, uma vez que o dormitório se prevê comum no monaquismo de S. Bento. Após Bento XII ter imposto a destruição das celas individuais, a pouco e pouco vão sendo tolerados casos isolados, situação que só acontece a partir do séc. XVI³⁹, até que, em 1601, o Capítulo Geral torna extensivo a toda a ordem as celas individuais. Em 1666 Alexandre VII autorizou a construção de celas individuais nos dormitórios, que então começaram a ser divididos com tabiques.

Corredores laterais ou centrais faziam o acesso a todas as celas (**Ilustração 49**), tendo começado a aparecer os transeptos, úteis para a iluminação no caso dos corredores centrais. Os **corredores dos dormitórios** eram largos (**Ilustração 50**), com a função de via de acesso e percurso de oração e meditação, em silêncio (pois no dormitório não se podia ouvir barulho) (**Ilustração 51**). Os transeptos tinham, normalmente, abóbadas de berço em tijolo.

³⁸ GAMBINI, Lígia Inês, SOARES, João Nuno Mendonça, *Mosteiro de Santa Maria de Salzedas: o enigma das origens, campanhas artísticas, reformulações estéticas... viagens e revisitações*, “Actas. Cister. Espaços, territórios e paisagens. Colóquio internacional de 16-20 de Junho 1998. Mosteiro de Alcobaça”, volume I, Ministério da Cultura/Instituto Português do Património Arquitectónico, Lisboa, Dezembro de 2000, p.293.

³⁹ BRAUNFELS, Wolfgang, *Arquitectura monacal en occidente*, Barcelona, Barral Editores, S. A., 1974, p.152.

As celas normalmente tinham as dimensões de 4m por 3m (no nosso caso são um pouco maiores, sendo as menores na ordem dos 4.5m por 3.5m), chão em tijoleira (no caso de Maceira Dão é também em madeira (**Ilustração 52**)), tectos de madeira em caixotão, armários de cantaria ou de madeira, vãos de janelas com assentos laterais (**Ilustração 53**), janelas sem vidraças, mas com portadas com uma fresta, sendo de referir a existência de grades de ferro nas janelas dos dormitórios monásticos cistercienses. O mobiliário era escasso, normalmente só existia o catre.

O dormitório não tinha qualquer aquecimento, no entanto, os mosteiros começam a ter, gradualmente, mais chaminés, relacionadas com mais pontos aquecidos, para além do calefactorio.

-A “**secreta**”: junto dos dormitórios havia **casas destinadas à higiene pessoal**, banhos e necessidades fisiológicas. Supomos, devido à configuração do terreno, que no ponto proposto para a secreta exista, por baixo, uma linha de água vinda da fonte da casa de fresco (**Ilustração 54**).

- Os **aposentos do abade**: já a câmara do abade era um espaço cuidado (**Ilustração 55**), pois podia receber aí dignitários de fora. Era habitual dispor, inclusivamente, de uma ligação directa ao exterior (**Ilustração 56**).

- A **enfermaria**: muitas vezes situava-se próxima da botica para os remédios, mas também podia estar afastada. Era só para os frades, com uma estrutura semelhante ao dormitório. Os doentes eram especiais para S. Bento, podendo até comer carne para se fortalecerem e tomar banho sempre que necessário (o banho, tal como é entendido na actualidade, é um conceito já do séc. XVIII/ XIX).

Havia, no entanto, sempre, enfermaria. S. Bento transformou-a numa cela à parte e com o tempo num edifício à parte. Nas casas masculinas também podia estar anexa à botica, barbearia ou casa da tonsura.

-A **biblioteca** e o **cartório**: a biblioteca localizava-se também no andar superior. É nossa convicção que, em Maceira Dão, se manteve na “torre”, por questões de exposição solar (**Ilustrações 11, 57 e 58**). O cartório localizava-se normalmente num espaço, que poderia nem ser encerrado, próximo da biblioteca.

-O **auditório do prior**: corresponde ao espaço que comunica directamente com o exterior através de escadaria (**Ilustração 59**), onde os monges entravam um de cada vez, e ali recebiam o trabalho do dia e as ferramentas, e através da porta traseira alcançavam directamente as hortas a Este do mosteiro (**Ilustração 43 e 44**).

- O **refeitório** e o **lavabo**: o refeitório não está na posição habitual (perpendicular ao claustro), mas unicamente contíguo à cozinha e à fonte conventual/lavabo do claustro (**Ilustrações 60 e 61**). Situa-se a poente, com boas condições de luz (**Ilustrações 62 e 64**). Tem comunicação directa com a cozinha através de três orifícios na parede interior de topo, para facilitar o serviço (**Ilustração 63**). Numa visita que fez ao mosteiro, em 1531/1532, e registada na *Peregrinatio Hispânica*, Frère Claude de Bronseval regista: “...é um mosteiro bem provido de rendas, mas pequeno e mal construído. Tem um bom abade, com 15 monges com uma vida mais eremítica que monástica neste deserto. Nem encontramos aí refeitório, nem cozinha regular...”. Assim, este documento, vem confirmar que nem o refeitório, nem a cozinha seguem a localização ideal de Cister.

-A **fonte conventual/lavabo** é de três bicas (**Ilustração 62**).

De notar que os monges tinham de lavar as mãos antes de entrar no refeitório. E diariamente tinham de lavar a cabeça⁴⁰.

- O **calefactorio**: era único ponto aquecido do mosteiro, onde os monges se podiam secar depois da chuva, preparar pergaminhos e tintas, e até cortar o cabelo e a barba⁴¹. O local proposto, próximo do que nos parecia ser a sala dos monges, cumpre os requisitos, até de proximidade à água do lavabo.

- A **cozinha**: apesar de não estar localizada na ala Norte, encontra-se no local abastecido de água (**Ilustração 66**), com ligação fácil ao refeitório dos monges e ao dos conversos, e acessibilidade exterior, portanto dentro da regra (**Ilustração 65**).

-No piso térreo existiam as **tulhas**, os **lagares**, a **adega** e, eventualmente, o **celeiro**.

Em conclusão, as diferenças relativamente à planta ideal (**Ilustrações 20, 21 e peças desenhadas**) parecem derivar de três factores: posicionamento da linha de água, pré-existências e número reduzido de monges e conversos.

Pode-se, assim, integrar todo o esquema funcional em Cister, bem como o espacial. Para esta integração, muito contribuiu a possibilidade da análise à luz da planta da igreja medieval (**ver peças desenhadas**), uma vez que esta se inseria no esquema base da igreja monoaxial de Cister, e consequentemente permitia uma grande aproximação ao modelo teórico de mosteiro cisterciense.

De referir ainda que os cistercienses tinham em especial atenção: a luz, adequando-a aos espaços, às proporções, que deviam estar de acordo com os cânones, quer da Ordem, quer mesmo clássicos; e ao som, uma vez que cantavam pelo menos quatro horas por dia.

Assim, apesar de se ter perdido alguma unidade arquitectónica na estrutura edificada aparente de Maceira Dão, prova, também, por outro lado, a capacidade de adaptação e metamorfose dos espaços cistercienses, pois apesar das rígidas orientações de S. Bernardo no que respeita a arte nos mosteiros, os cistercienses também a consideravam a manifestação, no Homem, da centelha divina.

No nosso entender, Maceira Dão não é um edifício unitário, estilisticamente homogéneo, mas um monumento que se foi construindo ao longo dos séculos. Tem, no entanto, uma unidade de forma, de base, sendo actualmente estilisticamente heterogéneo, patenteando a referida capacidade de adaptação.

Em Maceira Dão identificam-se, bastante bem, quase todos os espaços necessários à vida da comunidade, à excepção dos espaços para os conversos (nomeadamente dormitório e refeitório independentes), que, devido ao reduzido número de monges, poderiam até estar misturados com os conversos, ou estes nem existirem.

Os preceitos de clausura e auto-suficiência que orientavam a Ordem, estão, também aqui, patentes no encerramento do edificado sobre si próprio, em torno do claustro, e, inteiramente cumpridos se acrescentarmos os muros de vedação da cerca.

⁴⁰ Idem, p.136.

⁴¹ Ibidem.

7. Na cerca

Os monges transformaram o caos da natureza em paisagem (**Ilustrações 67 e 68**), com a construção do complexo monástico e com a actividade agrícola que desenvolveram nas margens do Dão (Om) e nas encostas do vale: ”... *um caminho medieval, de lagedo largo, galga uma ponte que lhe é coeva...*” (**Ilustração 68**).

A norte/nascente do edifício estende-se, em terreno com acentuada inclinação (**Ilustração 70**), o espaço destinado ao recreio dos monges (**Ilustração 71**). Aí situam-se a Casa de Fresco (**Ilustrações 72 e 73**) e a Igreja de Nossa Senhora da Cabeça (**Ilustração 75**) (esta curiosamente muito parecida com a capela de Santa Umbelina do Mosteiro de São João de Tarouca), onde os frades iam celebrar missa todos os Sábados (**Ilustração 74**).

Uma fonte barroca foi levada para uma casa particular em Tibaldinho, e um cruzeiro de granito para um largo em Fragosela de Cima.

Existem ainda algumas ruínas na cerca: a “prisão da Granja”, como era apelidado o cárcere dos monges (**Ilustrações 76, 77, 78, 79 e 80**), e uma pequena edificação com um tipo de aparelho, “ao cutelo” (**Ilustrações 81 e 82**), configurando uma parede com saliências e reentrâncias, pelo interior (**Ilustração 83**), e cujo uso não conseguimos apurar.

O sítio cisterciense exige uma metodologia muito própria de conservação: qualquer intervenção deve ter em conta questões particulares que o caracterizam, como é o caso, por exemplo, da relação entre a rede hidrográfica local e o complexo monástico, e que devem ser tomadas como realidades para a preservação da verdade do monumento. Assim, o que se deve preservar não são apenas as construções de grande qualidade, até com soluções construtivas inéditas no espaço nacional, mas também toda a ambiência criada à volta do mosteiro, pois a escolha do sítio cisterciense é um acto criterioso (segundo a regra cisterciense cada convento deveria ser auto-suficiente) e constitui um dado cultural e histórico que o torna indissociável da arquitectura e parte integrante do conjunto patrimonial. Em rigor até deveria incluir Vila Garcia, pequeno aglomerado populacional, no alto da encosta, que se formou e desenvolveu à sombra do mosteiro, principalmente nos sécs. XVIII e XIX, vivendo a população praticamente na dependência directa dos monges, não só através do trabalho na exploração agrícola das suas terras, como também na recolha dos frutos da sua caridade.

8. Análise da igreja

Nas fachadas do mosteiro, as pedras aparelhadas de granito rijo correm em fiadas até à cornija bem saliente e lavrada, coroada nos cantos por pináculos, terminados por esferas. Nas paredes exteriores do edifício rasgam-se, em toda a extensão dos pisos inferior e superior, janelas de verga rectangular.

É na fachada principal da igreja que se concentra a maior parte dos ornamentos que o edifício ostenta (**Ilustração 84**), remetendo-nos para um barroco muito depurado, diferente do que era comum na época,

no norte do País, contrastando, nomeadamente com o que se passa na Capela de N. S. da Cabeça (de que falaremos à frente) construída sensivelmente no mesmo período⁴².

O orago da **igreja** era Nossa Senhora da Assunção, como era habitual nos mosteiros cistercienses. A forma do corpo da igreja é um tronco de cilindro do qual se destaca uma esguia torre sineira de quatro ventanas. Dominando a entrada, as armas reais, porque de um “real mosteiro” se tratava, e dos lados, sobre a longa janela gradeada existem ainda três nichos, sem imagens, provavelmente para Nossa Senhora da Assunção, S. Bento e S. Bernardo (**Ilustração 85**). Internamente o templo é de forma elíptica, já sem o lajeado no pavimento (**Ilustração 86**).

Pensamos que a intervenção na igreja terá sido baseada no princípio da “caixa” dentro da “caixa” (como em Salzedas⁴³), envolvendo parte da estrutura medieval com uma nova “pele”, decorrente de alterações litúrgicas e ao gosto da época, conciliando a igreja medieval com a barroca, para além de libertar mais algum espaço, precioso num edificado tão encerrado. De notar a invulgar espessura das paredes (2.15m) e alguns alinhamentos, que se tornaram óbvios no trabalho de “desconstrução” das peças desenhadas. De realçar, ainda, possibilidade de diferença de níveis na igreja, que poderiam subir progressivamente de cota, num percurso ascensional, em que a última etapa era a cabeceira, reduzindo a cota a vencer na ligação directa ao primeiro piso. O pavimento primitivo articular-se-ia em degraus num simbólico percurso ascensional, tendo sido atenuado na campanha barroca e persistindo apenas alguns degraus? É nossa convicção que a torre (**Ilustração 87, 88 e 89**) não deveria fazer parte da igreja medieval, uma vez que ela foi, até, durante algum tempo evitada pelos cistercienses, e devido ao aparelho semelhante ao da igreja elíptica (**Ilustração 90**).

Supondo a teoria da caixa sobre a caixa resolvemos procurar a primitiva igreja medieval. Para isso, tal como já referimos anteriormente, socorremo-nos da teoria sobre a “**gramática da forma das igrejas cistercienses**” de Mário Kruger. Esta gramática é definida por regras que se aplicam sobre um conjunto finito de linhas colocadas num referencial cartesiano, e que permitem, através das formas antecedentes e consequentes, gerar as plantas das igrejas cistercienses. Existem grupos de regras de transformação que apresentam a seguinte sequência: divisão do volume principal, soma do volume do transepto, divisão em naves; divisão das naves em tramos, definição do transepto, soma do volume da cabeceira; desenho de pilares e pilastras; desenho de contrafortes exteriores; realinhamento de paredes e espaços auxiliares; desenho de portas, janelas e nichos; desenho de escadas e finalmente, término das transformações⁴⁴. Este autor refere depois que “os princípios ou regras unificadoras que caracterizam as igrejas cistercienses medievais como pertencentes a uma mesma “família” estão claramente expressos

⁴² Informação retirada do arquivo da D.G.E.M.N.

⁴³ GAMBINI, Lígia Inês, SOARES, João Nuno Mendonça, *Mosteiro de Santa Maria de Salzedas: o enigma das origens, campanhas artísticas, reformulações estéticas... viagens e revisitações*, “Actas. Cister. Espaços, territórios e paisagens. Colóquio internacional de 16-20 de Junho 1998. Mosteiro de Alcobaça”, volume I, Ministério da Cultura/Instituto Português do Património Arquitectónico, Lisboa, Dezembro de 2000, p.290.

⁴⁴ KRUGER, Mário Júlio Teixeira, SILVA, Cidália Maria Ferreira da, *A gramática da forma das igrejas cistercienses*, “Actas. Cister. Espaços, territórios e paisagens. Colóquio internacional de 16-20 de Junho 1998. Mosteiro de Alcobaça”, volume I, Ministério da Cultura/Instituto Português do Património Arquitectónico, Lisboa, Dezembro de 2000, p.309.

na definição dos tipos uniaxial e biaxial, que fornecem indicações rigorosas para a sua forma (**Ilustração 91 e 92**). O tipo uniaxial, ou monoaxial, é caracterizado por ter o transepto assimétrico e a cabeceira rectangular (**Ilustração 93**), o biaxial tem o transepto simétrico e a cabeceira semi-circular com deambulatório e capelas radiantes⁴⁵ (**Ilustração 94**). De facto encontramos, em Maceira Dão, uma igreja monoaxial rectangular, à semelhança de Fontenay, Bonmont, Fossanova, Poblet, e, sobretudo, Santes Creus (**Ilustração 95**), e que, segundo o autor, são as que melhor caracterizam os princípios da Ordem de Cister, sendo a biaxial uma evolução da monoaxial⁴⁶. E já anteriormente referimos que nunca se alterou, ou mesmo tentou alterar, o número ou disposição das dependências em torno do claustro, que se mantiveram invariáveis. Nem as proporções sofreram qualquer variação: só evoluíram as formas, até porque Cister incentivava os esforços criadores⁴⁷. Maceira Dão, é com a sua original igreja, construída (ao que pensamos) sobre a medieval, um exemplo claro de mutação unicamente das formas, tendo-se mantido toda a restante estrutura conventual. Não podemos concordar assim com José Fernandes Pereira em se tratar de uma refundação, mas unicamente com a sua afirmação de que a planta da igreja é pouco frequente em Portugal: elipse articulada com uma capela-mor rectangular, qualificando um espaço unificado, numa solução semelhante à Igreja dos Clérigos⁴⁸. Já não podemos concordar, de todo, com Manuel Luís Real que cita Maceira Dão como o exemplo de um edifício pequeno e mal construído⁴⁹.

9. Propostas de reconstituição do mosteiro

Após o trabalho de desconstrução da igreja nas peças desenhadas, era necessário fazer o mesmo à totalidade do mosteiro. Como referido, tinham existido obras em 1503, coincidindo com o começo de um bom período da ordem cisterciense, mas que pouco alteraram o aspecto da casa. Assim, propusemos recuar até ao início do século XVII, e após visita ao local, as “buscas” começaram através da análise das peças desenhadas e das fotografias. E os sintomas começaram a aparecer...

No exterior, constatamos a subida do nível do terreno envolvente à igreja, na fachada Norte (**Ilustração 96**), com a visualização, ainda da extremidade superior de um vão de arco apontado, gótico (**Ilustração 97**), provavelmente um dos vãos do transepto da igreja, para o lado do cemitério (exterior). Assim, a fachada norte está alterada, também, no que toca às proporções, sendo agora visualizada com muito menor altura... no entanto não foi feita, por falta de mais dados, a reconstituição deste alçado, até porque se trataria de um corte e não de um alçado. Fizemos, igualmente, uma rápida análise deste mesmo ponto pelo interior: verificamos que existia a uma porta trabalhada, de época posterior,

⁴⁵ Idem, p.310.

⁴⁶ Idem, p.321 e 323.

⁴⁷ BRAUNFELS, Wolfgang, *Arquitectura monacal en occidente*, Barcelona, Barral Editores, S. A., 1974, p.145-146.

⁴⁸ PEREIRA, José Fernandes, *Cister, a arquitectura e a cultura artística na época moderna*, “Arte de Cister em Portugal e Galiza”, Coordenação de Jorge Rodrigues e Xosé Carlos Valle Pérez, s/l, Fundação Calouste Gulbenkian e Fundación Pedro Barrié de la Maza, 1998, p.251.

⁴⁹ REAL, Manuel Luís, *A construção cisterciense em Portugal durante a Idade Média*, “Arte de Cister em Portugal e Galiza”, Coordenação de Jorge Rodrigues e Xosé Carlos Valle Pérez, s/l, Fundação Calouste Gulbenkian e Fundación Pedro Barrié de la Maza, 1998, p.77.

significando que o nível só foi subido muito recentemente. Esta porta, à esquerda do altar-mor, continuaria, na época barroca, a dar acesso ao campo santo, enquanto que outra simétrica, à direita, conduziria à sacristia (**Ilustração 99 e 100**). Curiosa também é a fissura no mesmo canto, originada pela falta do “encosto estrutural” que o lado do transepto retirado permitia (**Ilustração 101**).

Na fachada sul, observando a torre medieval, verificamos que tinha sido truncada em altura, talvez para que a cobertura não se destacasse, tirando primazia à igreja (**Ilustração 102**). A dificuldade de compatibilização das coberturas vai ser uma constante, estando certamente em desacordo com a sua forma inicial. Ao lado da torre existe uma transformação de um vão de janela em porta, claramente perceptível pelo corte das ombreiras. Um escadas acrescentadas permitem o acesso exterior ao novo vão (só mais tarde descobriríamos a origem das pedras usadas nas escadas) (**Ilustração 103**). Olhando mais para a esquerda, a construção regular da fachada é interrompida por um troço de pedra aparelhada de um modo mais grosseiro (**Ilustração 104**), tendo desaparecido a cimalha nessa zona, e sendo os vãos de tipologia diferente, indiciando uma derrocada, e sequente reconstrução (**Ilustrações 105 e 106**). A alteração dos vãos das janelas, terá eliminado um de sacada, tendo também sido alterada parte da compartimentação interior do dormitório e do corredor, no 1º piso, tendo sido eliminado um transepto (**ver peças desenhadas**). Ainda nesse ponto, as portas ao nível do solo são claramente posteriores, tendo-se aproveitado para abrir mais, e mais altas, obviamente no sítio da derrocada.

No interior, era fundamental encontrar a localização da “escada das matinas”, para perceber o modo “de usar o espaço” dos monges. Algumas situações estranhas que ajudaram à sua localização foram:

A configuração das escadas do claustro para o dormitório não podia ser a original, pois uma porta de comunicação para o sector da torre tinha ficado a “abrir para o ar” (**Ilustração 107**). Assim, estas escadas tinham sido alteradas, pelo que se entendia a inserção, naquele ponto, de elementos de obra recusados, como a coluna salomónica no canto da parede do terceiro patamar... e se o canto abriu, seria talvez pelas escadas estarem no mesmo sítio... logo, estando no mesmo sítio, ou havia alteração de sentido, ou de número de degraus, ou ambos (**Ilustração 108**). Inclínados para a última hipótese, testamos o avanço do arranque das escadas, e o aumento do número de degraus, em leque. Tudo acertava na perfeição, permitindo restabelecer todos os percursos de ligação.

Outra situação extremamente singular era o piso, imediatamente antes da porta de entrada no corredor do sobreclaustro, ao cimo das escadas, estar actualmente “em balanço”, isto é, parecia faltar na extremidade a parede estrutural exterior (**Ilustração 110**) ... no entanto havia uma parede grossa, que não podia ser exterior (devido ao alinhamento da porta referida), e era paralela à que parecia faltar (**Ilustração 109**). Normalmente duas paredes tão grossas, em paralelo, indiciam antigas escadas, uma vez que era necessário ir apoiando os degraus. Testamos então a sua reconstituição através de uma estimativa da altura a vencer... e tudo parecia encaixar bem, apesar da chegada de ambas escadas ao mesmo ponto, ponto esse tão fulcral que justificava a existência da janela de canto, permitindo iluminar ambas (**Ilustração 111**). Mas precisávamos de mais uma confirmação, que apareceu quando verificamos a

largura destas escadas e a comparamos com a dos degraus de pedra, exteriores, colocados no vão, já referido, do lado esquerdo da torre: era a mesma, obviamente os monges tinham poupado no material! De facto, observando bem, até se verifica uma rachadela ao lado da porta que ficou a abrir para o ar, e que se pode entender pelo retirar das escadas, que conferia algum travamento lateral àquele cunhal, e, sobretudo, é óbvia a fissuração da parede no sítio do “remendo” das escadas, e que se pode observar no espaço residual exterior que ficou (**Ilustração 112**).

Havia igualmente outras questões importantes a saber, que poderiam explicar muita coisa: as razões que tinham estado na origem das intervenções. O que queriam os monges melhorar com as obras de 1630-1700, e com as de 1744-1777? As primeiras tiveram a ver com a portaria (**Ilustrações 113 e 114**), e as dificuldades talvez fossem resultantes do posicionamento dum espaço demasiado modesto, quase um corredor, e ainda por cima contíguo ao claustro, para onde até poderia ter alguma visibilidade (inclusivamente para o *mandatum*, no claustro da leitura) (**Ilustração 115**). É possível que a portaria, situada no torreão do lado esquerdo, tenha ficado nesta altura com duplo pé-direito, para aparentar mais dignidade (**Ilustração 116**), e que depois tenha sido retirado na campanha seguinte, por falta de celas em número suficiente. De facto, nesta fase, a acessibilidade ao primeiro piso do torreão da esquerda estava muito condicionada. O outro torreão permitiu o aumento da área da cozinha no piso térreo (**Ilustração 117**), e novos aposentos para o abade no 1º piso. De notar a assimetria da inserção da portaria no alçado, possibilitando o lançamento da escada exterior lateral, directa aos referidos aposentos (**Ilustração 118**). Esta situação, associada ao respeito pelos cunhais, originou dificuldades na implantação e no lançamento das coberturas, que teriam inclusivamente de compatibilizar diferentes alturas (**Ilustrações 119, 120, 121 e 122**). Outra razão poderia ter sido a subdivisão dos dormitórios, ou terem aproveitado, unicamente, as obras para o fazer.

As segundas, em 1744-1777, foram mais radicais. De notar no entanto que a documentação refere terem seguido um projecto anterior do séc. XVII, talvez, até, o mesmo das obras da portaria, numa perspectiva de intervenção global, que pretendia conferir a tal homogeneidade de formas, que se verificou ser falsa, até mesmo devido ao faseamento da intervenção total. Seja qual for a datação do projecto, o que teria levado os monges a solicitarem uma alteração tão radical, e a utilização de uma forma elíptica tão original? Supomos que a principal razão fosse permitir libertar mais espaço, nomeadamente ao nível de espaço para celas, no piso superior, mantendo ainda um carácter imponente (**Ilustração 123**). Aproveitaram, com certeza as obras para decorar um pouco o claustro (**Ilustrações 124 e 125**), e inserir ou remodelar a casa de fresco, uma vez que a época barroca foi o período que mais usou a água (em movimento, ou não).

Foi este raciocínio que permitiu as três propostas de reconstrução agora apresentadas: o mosteiro no início do século XVII, antes das obras de 1630-1700, no final do século XVII, já após a referidas obras, e no final do século XVIII, após a campanha de 1744-1777 (**ver plantas nas peças desenhadas**).

12. Fontes e Bibliografia

A. Fontes

Icononímicas

Peças desenhadas fornecidas pelo Sr. Dr. Pedro Pina Nóbrega, da Câmara Municipal de Mangualde.

Desenhos de levantamento, em formato digital, executados pelos arquitectos Ana Paula Nabais dos Santos e Vítor Manuel Correia Leite da Silva, gentilmente cedidos pela arquitecta Mariana, familiar dos proprietários, e posteriormente trabalhados pela autora.

B. Bibliografia

Livros

ALVES, Alexandre, *A igreja de S. Julião de Azurara matriz de Mangualde*, Viseu, Câmara Municipal de Mangualde, 1990.

ALVES, Alexandre, *O real mosteiro de Santa Maria de Maceira Dão (Concelho de Mangualde)*, Viseu, Câmara Municipal de Mangualde, 1992.

ANTÓN Capitel, *La arquitectura del pátio*, Barcelona, Editorial Gustavo Gili, SA, 2005.

Arte de Cister em Portugal e Galiza, Coordenação de Jorge Rodrigues e Xosé Carlos Valle Pérez, s/l, Fundação Calouste Gulbenkian e Fundación Pedro Barrié de la Maza, 1998.

BRAUNFELS, Wolfgang, *Arquitectura monacal en occidente*, Barcelona, Barral Editores, S. A., 1974.

BRONSEVAL, Frère Claude de, *Peregrinatio Hispanica*, Tomo II, Paris, Presses Universitaires de France (Fondation Calouste Gulbenkian), 1970.

COCHERIL, Frei Maur de, *Cister em Portugal*, Tradução de Jorge de Sampaio, s/l, Edições Panorama, 1965.

CRAVEIRO, Maria de Lurdes, *O renascimento em Coimbra. Modelos e programas arquitectónicos*, Coimbra, FLUC, 2002.

HAUPT, Albrecht, *A arquitectura do renascimento em Portugal. Do tempo de D. Manuel, o Venturoso, até ao fim do domínio espanhol*, Lisboa, Editorial Presença, 1986.

La renaissance. Beaux -arts, Bibliothèque de la Gazette des Beaux-Arts, Paris, J. Rouam et Compagnie, éditeurs, s/d.

Teoria da Arquitectura. Do renascimento aos nossos dias, Colónia, Taschen, 2003.

Publicações periódicas

Actas. Cister. Espaços, territórios e paisagens. Colóquio internacional de 16-20 de Junho 1998. Mosteiro de Alcobaça, volume I, Ministério da cultura/Instituto Português do Património Arquitectónico, Lisboa, Dezembro de 2000.

Actas. Cister. Espaços, territórios e paisagens. Colóquio internacional de 16-20 de Junho 1998. Mosteiro de Alcobaça, volume II, Ministério da cultura/Instituto Português do Património Arquitectónico, Lisboa, Dezembro de 2000.

MARKL, Dagoberto, *História da arte em Portugal. O renascimento*, volume 6, Publicações Alfa, Lisboa, 1986.

Artigos

ALVES, Natália Ferreira, *A presença de Miguel Francisco da Silva na igreja do Mosteiro de Santa Maria de Arouca*, “Actas. Cister. Espaços, territórios e paisagens. Colóquio internacional de 16-20 de Junho 1998. Mosteiro de Alcobaça”, volume II, Ministério da cultura/Instituto Português do Património Arquitectónico, Lisboa, Dezembro de 2000, p.465-472.

DUARTE, Eduardo, *Os capitéis do Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça: aspectos estéticos, plásticos e funcionais*, “Actas. Cister. Espaços, territórios e paisagens. Colóquio internacional de 16-20 de Junho 1998. Mosteiro de Alcobaça”, volume II, Ministério da cultura/Instituto Português do Património Arquitectónico, Lisboa, Dezembro de 2000, p.359-366.

FONTES, Luís Fernando de Oliveira, *Mosteiro de Santa Maria de Bouro, Amares: aproximação à evolução arqueológica do edificado pós-medieval*, “Actas. Cister. Espaços, territórios e paisagens. Colóquio internacional de 16-20 de Junho 1998. Mosteiro de Alcobaça”, volume II, Ministério da Cultura/Instituto Português do Património Arquitectónico, Lisboa, Dezembro de 2000, p.527-544.

GAMBINI, Lúcia Inês, SOARES, João Nuno Mendonça, *Mosteiro de Santa Maria de Salzedas: o enigma das origens, campanhas artísticas, reformulações estéticas... viagens e revisitações*, “Actas. Cister. Espaços, territórios e paisagens. Colóquio internacional de 16-20 de Junho 1998. Mosteiro de Alcobaça”, volume I, Ministério da Cultura/Instituto Português do Património Arquitectónico, Lisboa, Dezembro de 2000, p.283-296.

KRUGER, Mário Júlio Teixeira, SILVA, Cidália Maria Ferreira da, *A gramática da forma das igrejas cistercienses*, “Actas. Cister. Espaços, territórios e paisagens. Colóquio internacional de 16-20 de Junho 1998. Mosteiro de Alcobaça”, volume I, Ministério da Cultura/Instituto Português do Património Arquitectónico, Lisboa, Dezembro de 2000, p.309-342.

MACEDO, José António Mendonça dos Anjos Sousa, *Mosteiro de São Bento de Avis*, “Actas. Cister. Espaços, territórios e paisagens. Colóquio internacional de 16-20 de Junho 1998. Mosteiro de Alcobaça”, volume I, Ministério da Cultura/Instituto Português do Património Arquitectónico, Lisboa, Dezembro de 2000, p.297-308.

MARQUES, Maria Alegria Fernandes, *O Mosteiro de Alcobaça na transição dos séculos XIV e XV: o protagonismo de D. João Dornelas*, “Actas. Cister. Espaços, territórios e paisagens. Colóquio internacional de 16-20 de Junho 1998. Mosteiro de Alcobaça”, volume I, Ministério da Cultura/Instituto Português do Património Arquitectónico, Lisboa, Dezembro de 2000, p.73-88.

NUNES, Ana, *Intervenção arqueológica na ala norte do Mosteiro de Alcobaça. Contributos para o conhecimento da funcionalidade do espaço antes do século XVI*, “Actas. Cister. Espaços, territórios e paisagens. Colóquio internacional de 16-20 de Junho 1998. Mosteiro de Alcobaça”, volume II, Ministério da Cultura/Instituto Português do Património Arquitectónico, Lisboa, Dezembro de 2000, p.517-526.

OLIVEIRA, Maria Margarida, PORCHER, Jean Pierre, *Mosteiro de São Pedro das Águias*, “Actas. Cister. Espaços, territórios e paisagens. Colóquio internacional de 16-20 de Junho 1998. Mosteiro de

Alcobaça”, volume II, Ministério da Cultura/Instituto Português do Património Arquitectónico, Lisboa, Dezembro de 2000, p.675-682.

PAGARÁ, Ana Fátima, *O Mosteiro de São João de Tarouca: um importante legado cisterciense a preservar*, “Actas. Cister. Espaços, territórios e paisagens. Colóquio internacional de 16-20 de Junho 1998. Mosteiro de Alcobaça”, volume II, Ministério da Cultura/Instituto Português do Património Arquitectónico, Lisboa, Dezembro de 2000, p.641-652.

PEREIRA, José Fernandes, *Cister, a arquitectura e a cultura artística na época moderna*, “Arte de Cister em Portugal e Galiza”, Coordenação de Jorge Rodrigues e Xosé Carlos Valle Pérez, s/l, Fundação Calouste Gulbenkian e Fundación Pedro Barrié de la Maza, 1998.

PORCHER, Jean Pierre, OLIVEIRA, Maria Margarida, *Mosteiro de São Pedro das Águias*, “Actas. Cister. Espaços, territórios e paisagens. Colóquio internacional de 16-20 de Junho 1998. Mosteiro de Alcobaça”, volume II, Ministério da Cultura/Instituto Português do Património Arquitectónico, Lisboa, Dezembro de 2000, p.675-682.

REAL, Manuel Luís, *A construção cisterciense em Portugal durante a Idade Média*, “Arte de Cister em Portugal e Galiza”, Coordenação de Jorge Rodrigues e Xosé Carlos Valle Pérez, s/l, Fundação Calouste Gulbenkian e Fundación Pedro Barrié de la Maza, 1998.

RODRIGUES, Miguel Areosa, *Prespectivas para o estudo arqueológico dos estabelecimentos cistercienses do Vale do Varosa (Tarouca)*, “Actas. Cister. Espaços, territórios e paisagens. Colóquio internacional de 16-20 de Junho 1998. Mosteiro de Alcobaça”, volume II, Ministério da Cultura/Instituto Português do Património Arquitectónico, Lisboa, Dezembro de 2000, p.505-516.

SILVA, Cidália Maria Ferreira da, KRUGER, Mário Júlio Teixeira, *A gramática da forma das igrejas cistercienses*, “Actas. Cister. Espaços, territórios e paisagens. Colóquio internacional de 16-20 de Junho 1998. Mosteiro de Alcobaça”, volume I, Ministério da Cultura/Instituto Português do Património Arquitectónico, Lisboa, Dezembro de 2000, p.309-342.

SOARES, João Nuno Mendonça, GAMBINI, Lígia Inês, *Mosteiro de Santa Maria de Salzedas: o enigma das origens, campanhas artísticas, reformulações estéticas... viagens e revisitações*, (Lígia Inês Gambini e João Nuno Mendonça Soares), “Actas. Cister. Espaços, territórios e paisagens. Colóquio internacional de 16-20 de Junho 1998. Mosteiro de Alcobaça”, volume I, Ministério da Cultura/Instituto Português do Património Arquitectónico, Lisboa, Dezembro de 2000, p.283-296.

SOBRAL, Luís de Moura Sobral, *A capela do desterro de Alcobaça: estilo, narração e simbolismo*, “Actas. Cister. Espaços, territórios e paisagens. Colóquio internacional de 16-20 de Junho 1998. Mosteiro de Alcobaça”, volume II, Ministério da cultura/Instituto Português do Património Arquitectónico, Lisboa, Dezembro de 2000, p.407-424.

TEIXEIRA, Francisco Manuel de Almeida Correia, *O Mosteiro de Santa Maria de Almoester: construção e siglas de pedreiros*, “Actas. Cister. Espaços, territórios e paisagens. Colóquio internacional de 16-20 de Junho 1998. Mosteiro de Alcobaça”, volume II, Ministério da Cultura/Instituto Português do Património Arquitectónico, Lisboa, Dezembro de 2000, p.545-550.

Internet

<http://us.geocities.com/albertoabrant/monasticismo.html>, 25 de Março de 2006, 19.51h.

ILUSTRAÇÕES

1. Enquadramento da arquitectura e da arte na Ordem de Cister

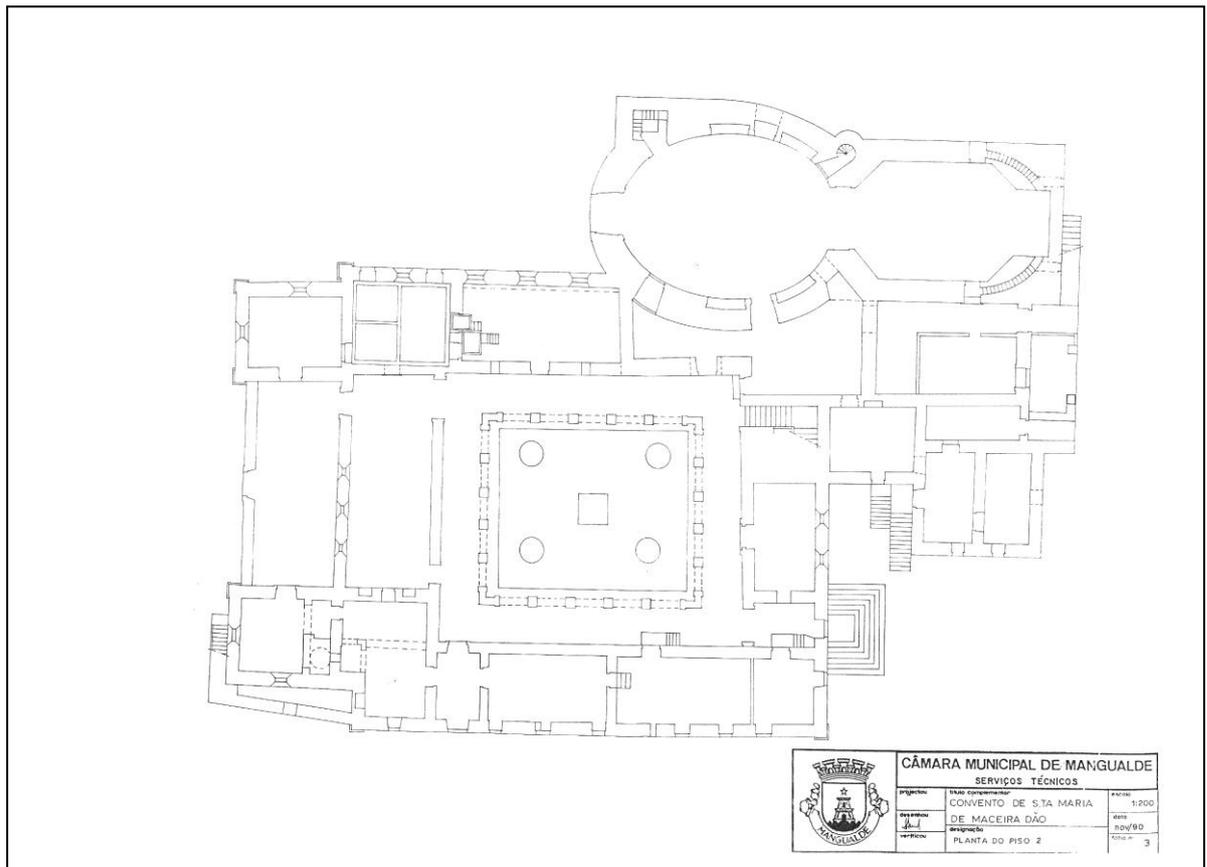


Ilustração 1: Planta do piso 1 facultada pelo Sr. Dr. Pedro Pina Nóbrega, da Câmara Municipal de Mangualde.

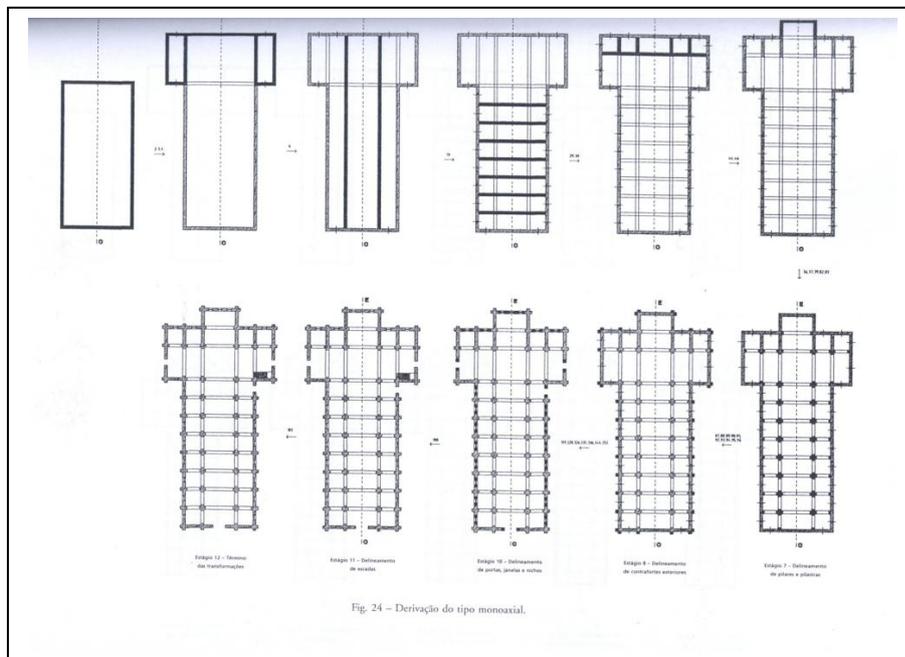


Ilustração 2: Esquema sequencial da igreja monoaxial, em KRUGER, Mário Júlio Teixeira, SILVA, Cidália Maria Ferreira da, *A gramática da forma das igrejas cistercienses*, “Actas. Cister. Espaços, territórios e paisagens. Colóquio internacional de 16-20 de Junho 1998. Mosteiro de Alcobaça”, volume I, Ministério da Cultura/Instituto Português do Património Arquitectónico, Lisboa, Dezembro de 2000, p.309-342.

2. Enquadramento da arquitectura e da arte na Ordem de Cister

3. A Ordem de Cister em Portugal

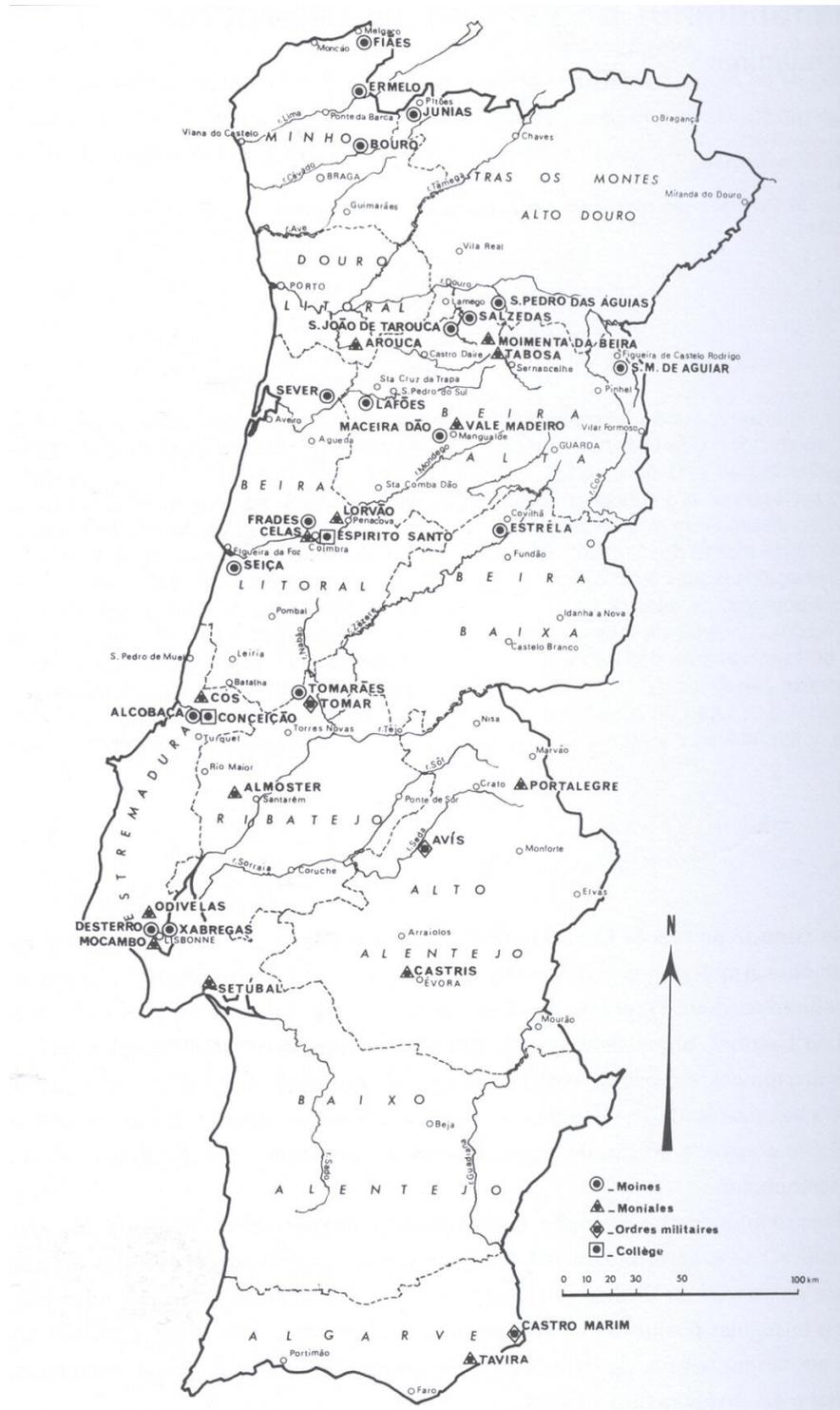


Ilustração 3: Mosteiros cistercienses, em *Actas. Cister. Espaços, territórios e paisagens. Colóquio internacional de 16-20 de Junho 1998*. Mosteiro de Alcobaca, volume I e II, Ministério da cultura/Instituto Português do Património Arquitectónico, Lisboa, Dezembro de 2000.

4. Características dos mosteiros de Cister



Ilustração 4: A importância da localização nos mosteiros cistercienses, e consequente transformação da paisagem. Foto do Dr. Pedro Pina Nóbrega.



Ilustração 5: A pedra como elemento de construção cisterciense por excelência. Dentro das siglas das pedras, existe uma que se repete com muito mais frequência em Maceira Dão: um báculo? A fotografia do canto superior esquerdo é do Dr. Pedro Pina Nóbrega, e as restantes da autora.

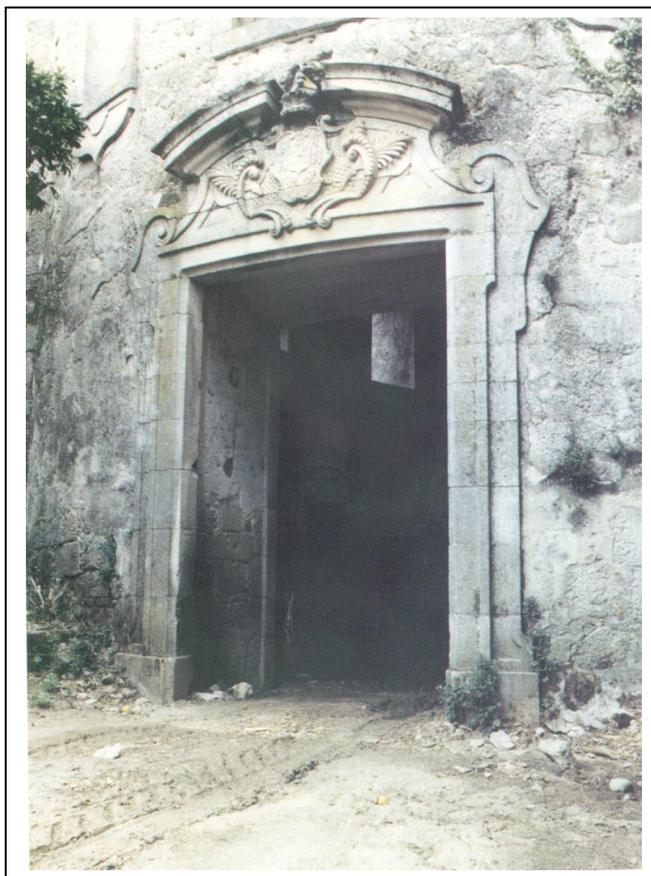


Ilustração 6: Aspectos decorativos da fachada da igreja do mosteiro: o portal. Em ALVES, Alexandre, *O real mosteiro de Santa Maria de Maceira Dão (Concelho de Mangualde)*, Viseu, Câmara Municipal de Mangualde, 1992.



Ilustração 7: Aspectos decorativos da fachada da portaria do mosteiro, em ALVES, Alexandre, *O real mosteiro de Santa Maria de Maceira Dão (Concelho de Mangualde)*, Viseu, Câmara Municipal de Mangualde, 1992.

5. Cronologia das intervenções no Mosteiro de Santa Maria de Maceira Dão



Ilustração 8: Vista geral do mosteiro e da ponte, em ALVES, Alexandre, *O real mosteiro de Santa Maria de Maceira Dão (Concelho de Mangualde)*, Viseu, Câmara Municipal de Mangualde, 1992.



Ilustração 9: Vista geral do mosteiro, de nascente, em ALVES, Alexandre, *O real mosteiro de Santa Maria de Maceira Dão (Concelho de Mangualde)*, Viseu, Câmara Municipal de Mangualde, 1992.



Ilustração 10: Visualização da ala medieval do mosteiro. Foto do Dr. Pedro Pina Nóbrega.



Ilustração 11: A sala principal da torre medieval. Fotos da autora.



Ilustração 12: A portaria. Foto do Dr. Pedro Pina Nóbrega.

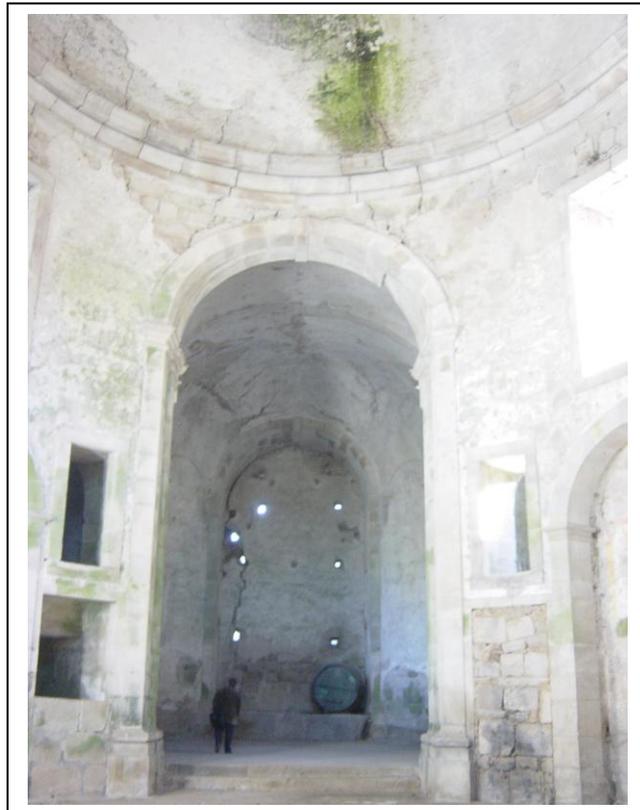


Ilustração 13: Capela-mor na igreja. Foto da autora.



Ilustração 14: Antigo retábulo da capela-mor, em ALVES, Alexandre, *O real mosteiro de Santa Maria de Maceira Dão (Concelho de Mangualde)*, Viseu, Câmara Municipal de Mangualde, 1992.

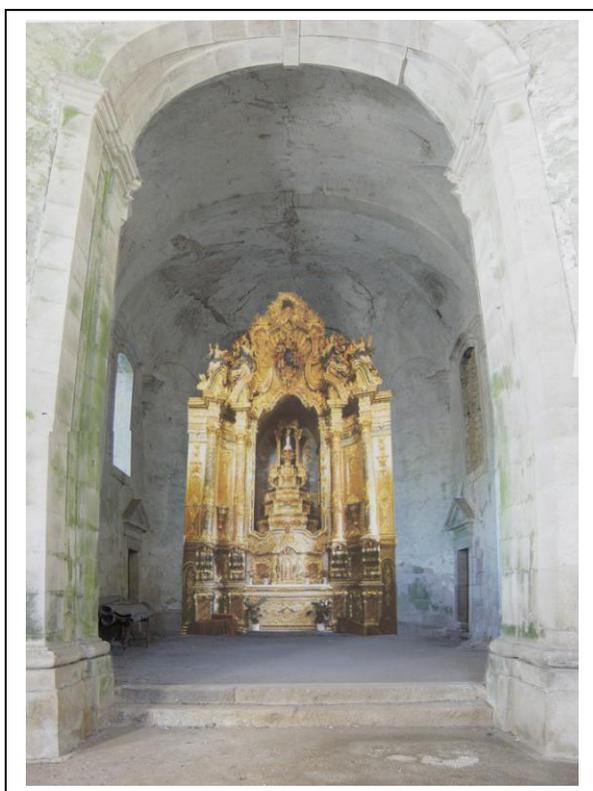


Ilustração 15: O retábulo da capela-mor no local original. Montagem da autora.



Ilustração 16: Pormenor de retábulo actualmente na Igreja do antigo Recolhimento de N. Sra. Da Conceição, em Mangualde, em ALVES, Alexandre, *O real mosteiro de Santa Maria de Maceira Dão (Concelho de Mangualde)*, Viseu, Câmara Municipal de Mangualde, 1992.



Ilustração 17: Os retábulos colaterais no local original. Proposta e montagem da autora.

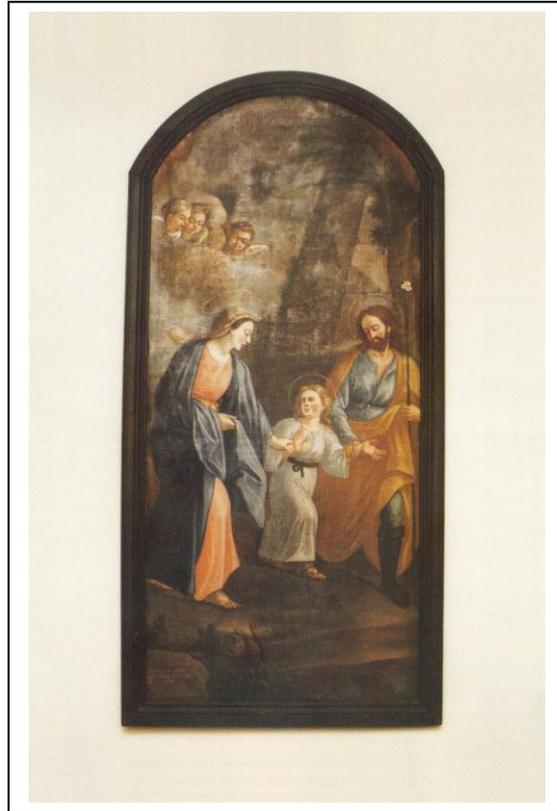


Ilustração 18: Tela da Sagrada Família de Pascoal Parente, actualmente também na igreja do Recolhimento, em Mangualde, em ALVES, Alexandre, *O real mosteiro de Santa Maria de Maceira Dão (Concelho de Mangualde)*, Viseu, Câmara Municipal de Mangualde, 1992.

6. Comparação do organigrama interno com o plano ideal de mosteiro cisterciense



Ilustração 19: Vista geral do mosteiro. Foto do Dr. Pedro Pina Nóbrega.

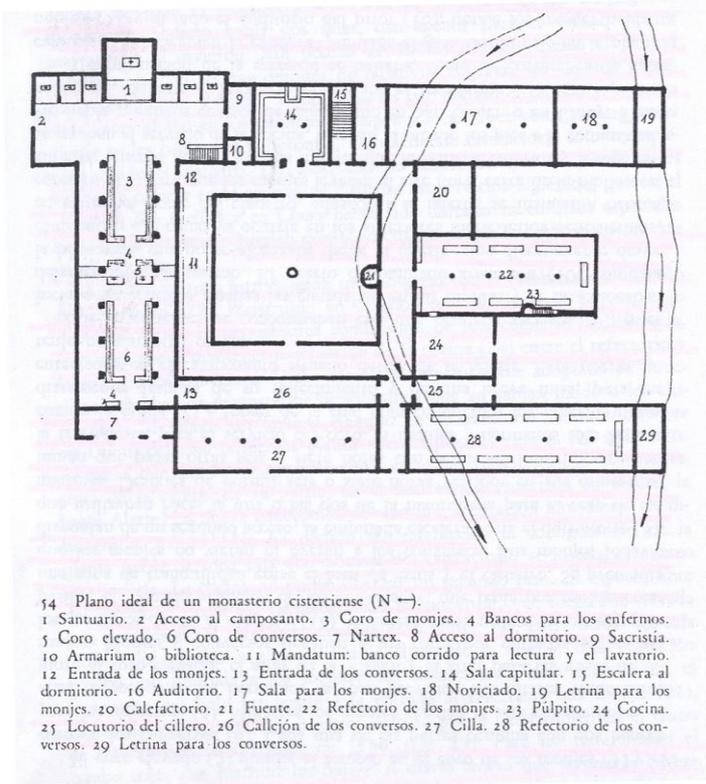


Ilustração 20: Planta ideal de um mosteiro cisterciense, em BRAUNFELS, Wolfgang, *Arquitectura monacal en occidente*, Barcelona, Barral Editores, S. A., 1974.

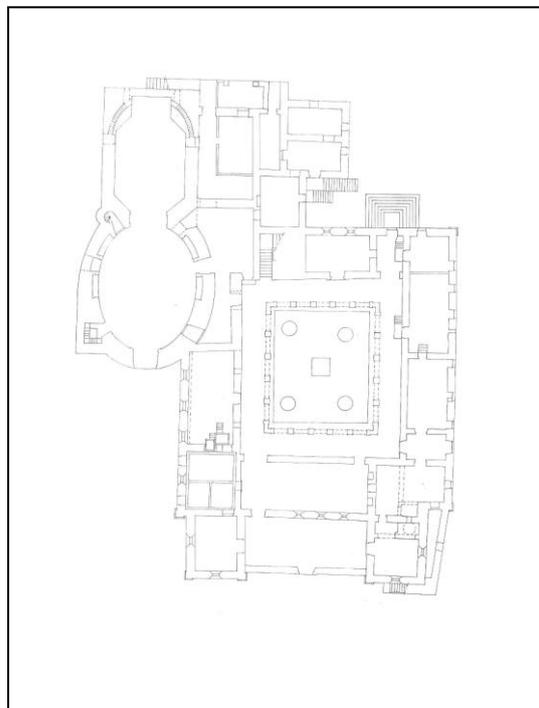


Ilustração 21: Piso 1 do mosteiro para comparação com o modelo ideal cisterciense. Estrato de peça desenhada fornecida pela Câmara Municipal de Mangualde.

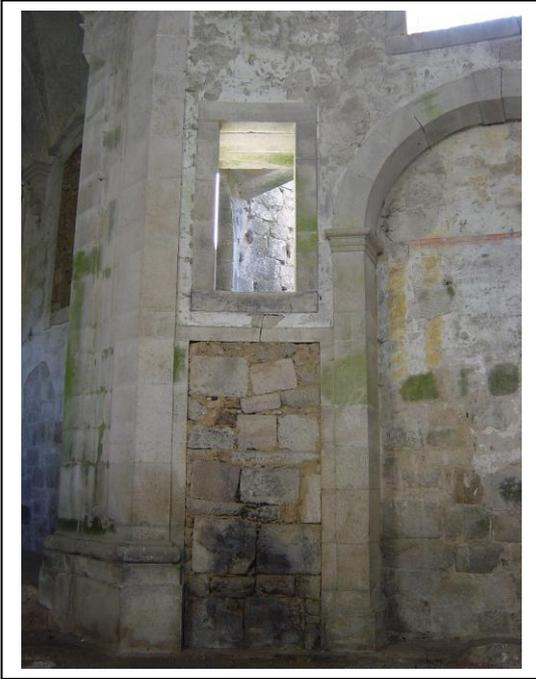


Ilustração 22: Púlpito à direita do altar-mor. Foto da autora.



Ilustração 23: Púlpito à esquerda do altar-mor. Fotos da autora.

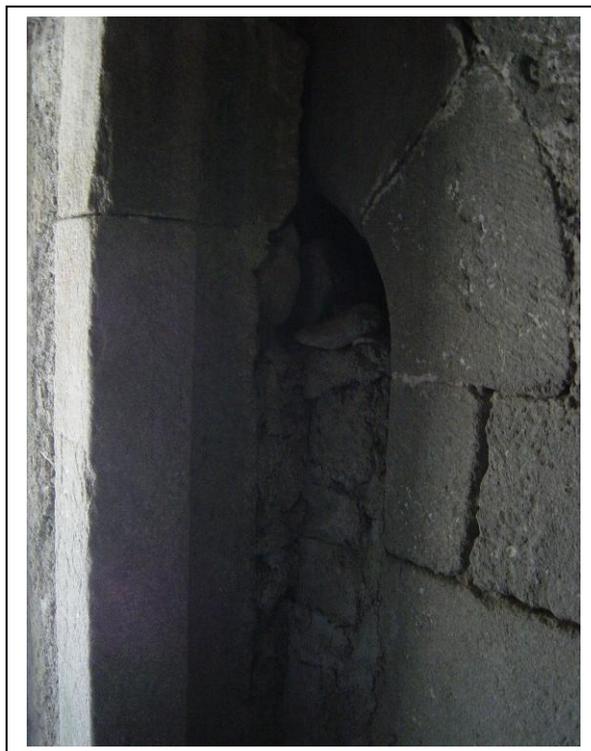


Ilustração 24: Porta interior parcialmente destruída, na torre medieval. Foto da autora.



Ilustração 25: Porta interior na torre medieval. Foto do Dr. Pedro Pina Nóbrega.



Ilustração 26: Espaço resultante da mudança de forma da igreja. Fotos da autora.



Ilustração 27: Idem.



Ilustração 28: Idem.



Ilustração 29: Ilustração: Claustro de Maceira Dão, à esquerda, fotografia do Dr. Pedro Pina Nóbrega. Claustro de S. Pedro das Águias, à direita, em OLIVEIRA, Maria Margarida, PORCHER, Jean Pierre, *Mosteiro de São Pedro das Águias*, “Actas. Cister. Espaços, territórios e paisagens. Colóquio internacional de 16-20 de Junho 1998. Mosteiro de Alcobaça”, volume II, Ministério da Cultura/Instituto Português do Património Arquitectónico, Lisboa, Dezembro de 2000, p.675-682.



Ilustração 30: Aspectos do claustro. Fotos da autora.



Ilustração 31: Pormenor do claustro. Fotos da autora.

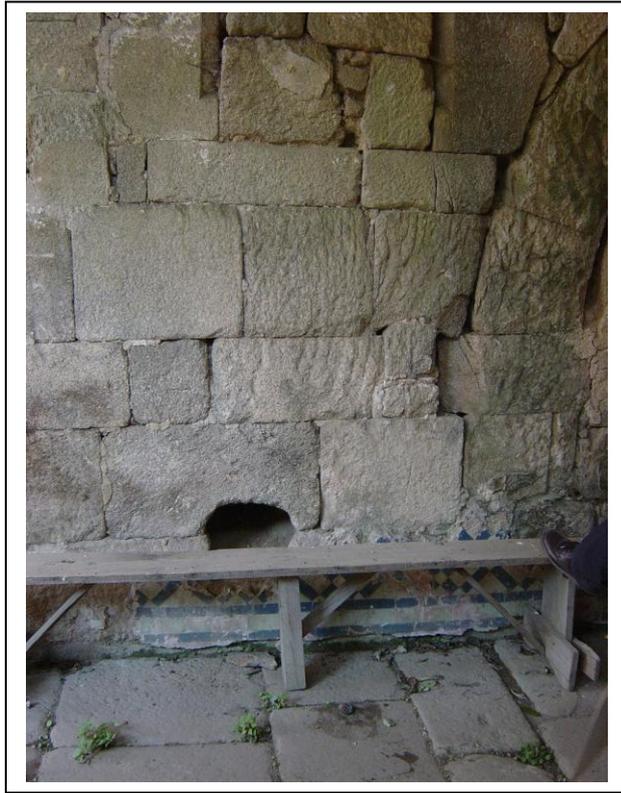


Ilustração 32: Azulejos no claustro. Foto da autora.

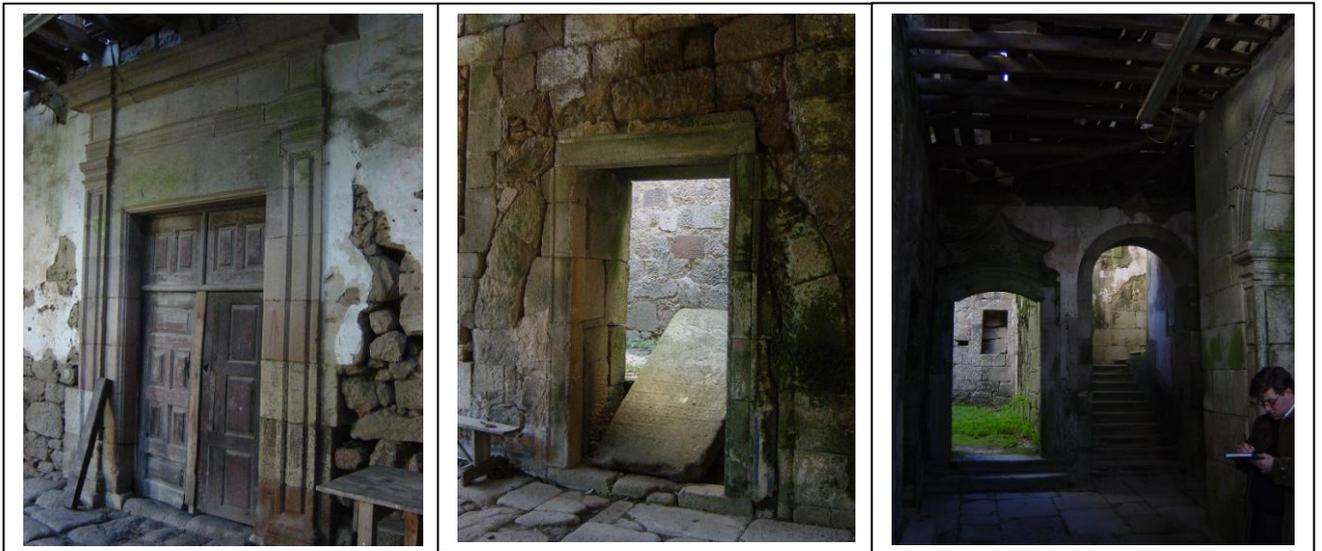


Ilustração 33: Vãos no claustro: da esquerda para a direita, a porta da sala do capítulo, a antiga ligação à igreja, a actual ligação à igreja e a escada para o dormitório no piso superior. Fotos da autora.

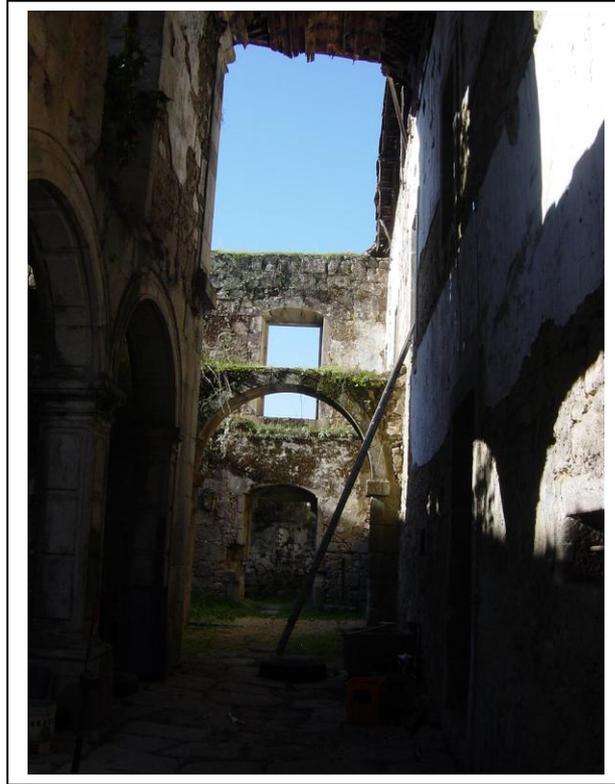


Ilustração 34: Visualização do sobreclaustro. Foto da autora.



Ilustração 35: Idem.



Ilustração 36: Visualização do piso dos dormitórios. Foto do Dr. Pedro Pina Nóbrega.



Ilustração 37: Pequeno tanque no pátio do claustro. Fotos da autora.



Ilustração 38: Parte central do claustro. Foto do Dr. Pedro Pina Nóbrega.



Ilustração 39: Interior da antiga sala capitular. Fotos da autora.

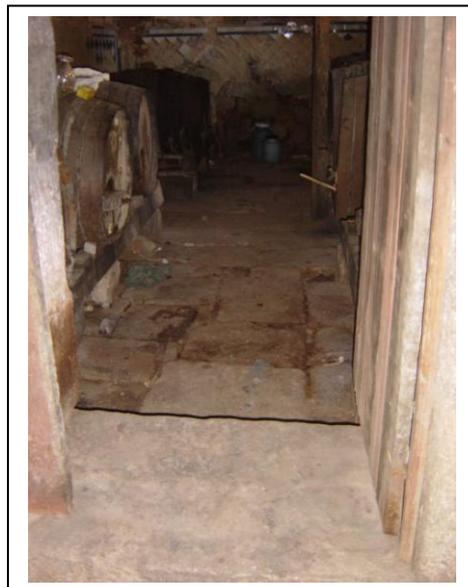


Ilustração 40: Pedra de soleira com a sigla do báculo. Foto da autora.

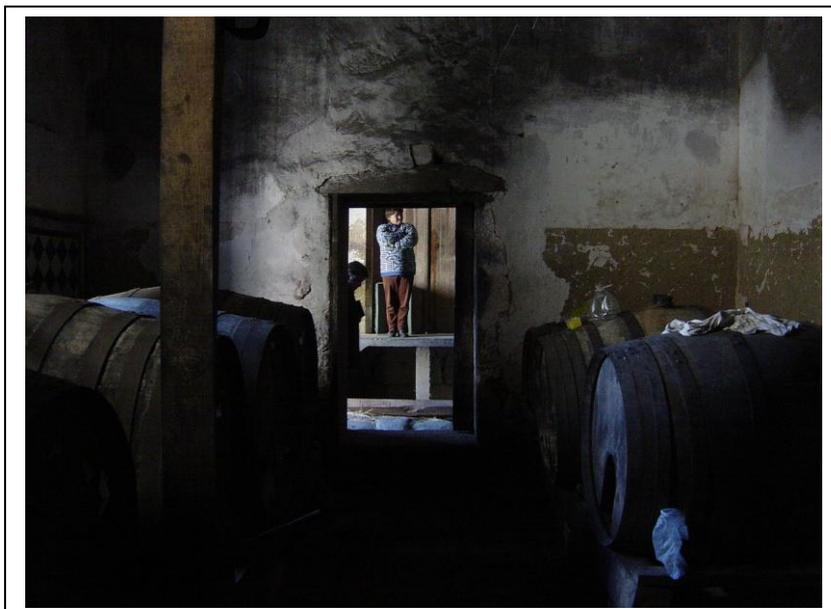


Ilustração 41: Porta onde se encontra a pedra de soleira referida. Foto da autora.



Ilustração 42: Lápide que pode ter sido retirada da sala do capítulo. Foto da autora.



Ilustração 43: Visualização do Auditório do Prior a partir do claustro. Foto da autora.

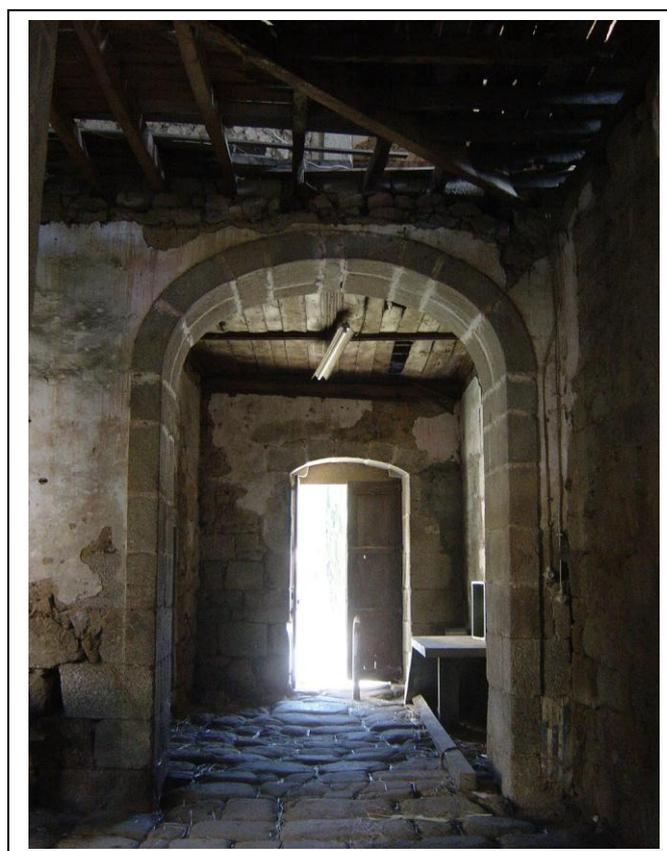


Ilustração 44: Auditório do Prior. Foto da autora.



Ilustração 45: Escadas para o dormitório no piso superior. Fotos da autora.

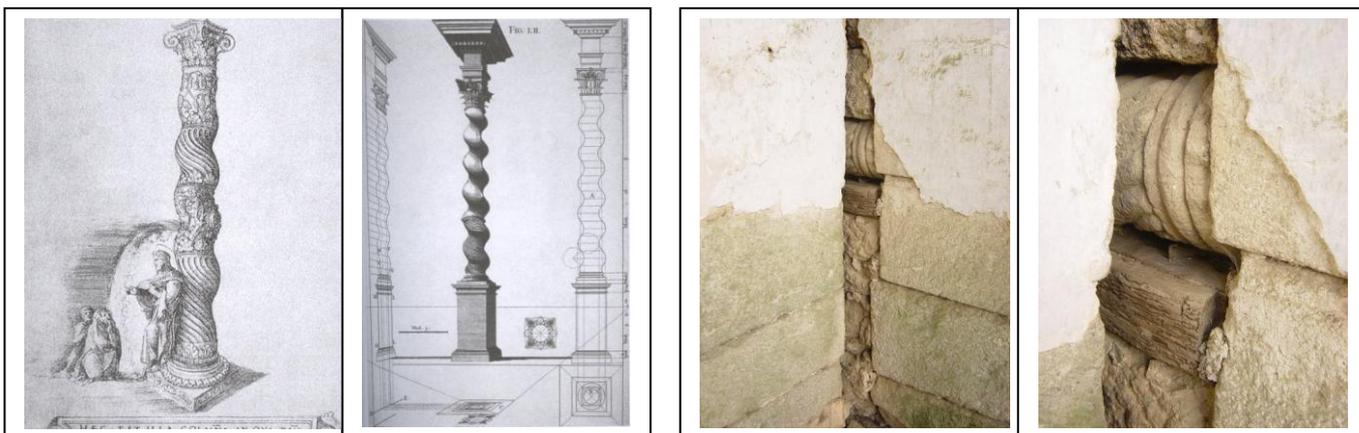


Ilustração 46: As colunas salomónicas dos tratados de Francisco da Holanda (séc.XV) e Vignola (1562) , em *Teoria da Arquitectura. Do renascimento aos nossos dias*, Colónia, Taschen, 2003. Comparação com a coluna entaipada do Mosteiro de Maceira Dão (fotos da autora).



Ilustração 47: Local onde se encontra entaipada a coluna salomónica. Fotos da autora.

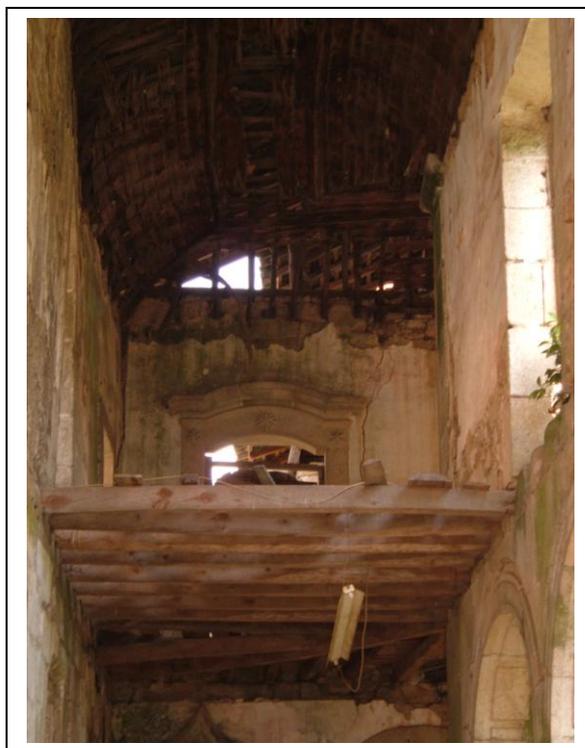


Ilustração 48: Visualização do corredor do dormitório, a partir do claustro. Foto da autora.



Ilustração 49: Visualização do corredor do dormitório, a partir do refeitório. Foto da autora.

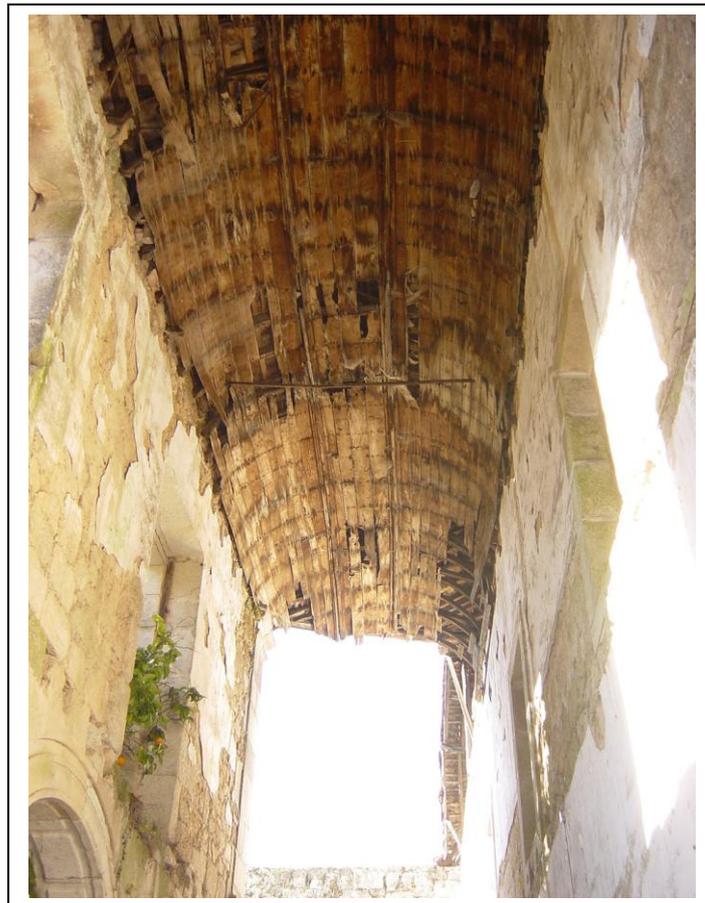


Ilustração 50: Visualização, a partir do claustro, do tecto do corredor do dormitório. Foto da autora.

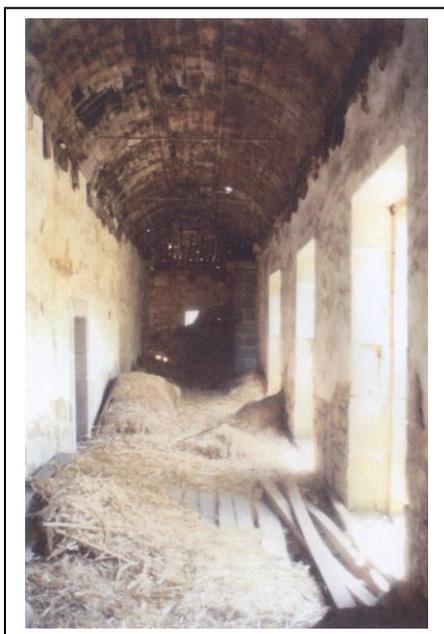


Ilustração 51: Corredor do dormitório. Foto cedida pelo IPPAR.



Ilustração 52: Visualização do piso do dormitório. Foto da autora.



Ilustração 53: Visualização dos assentos laterais das janelas dos quartos. Foto da autora.

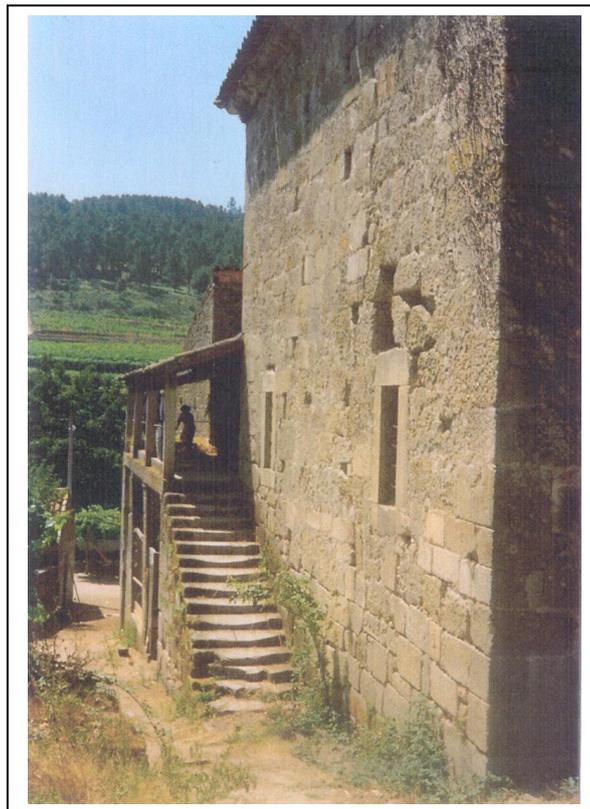


Ilustração 54: Proposta para o posicionamento da zona destinada à higiene pessoal dos monges. Foto cedida pelo IPPAR.



Ilustração 55: Visualização, a partir da cozinha, do tecto dos aposentos do abade. Foto da autora.



Ilustração 56: Escada exterior directa para os aposentos do abade. Foto do Dr. Pedro Pina Nóbrega.

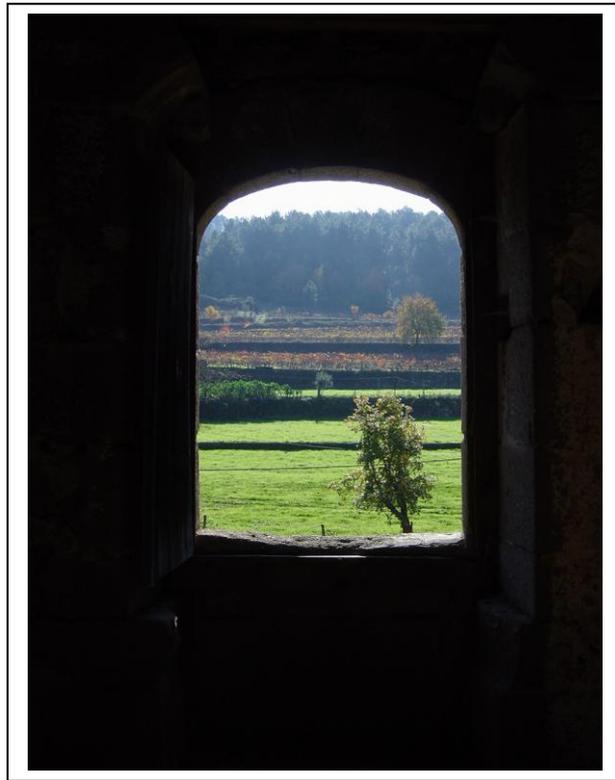


Ilustração 57: Visualização da paisagem a partir da sala da torre medieval. Foto da autora.

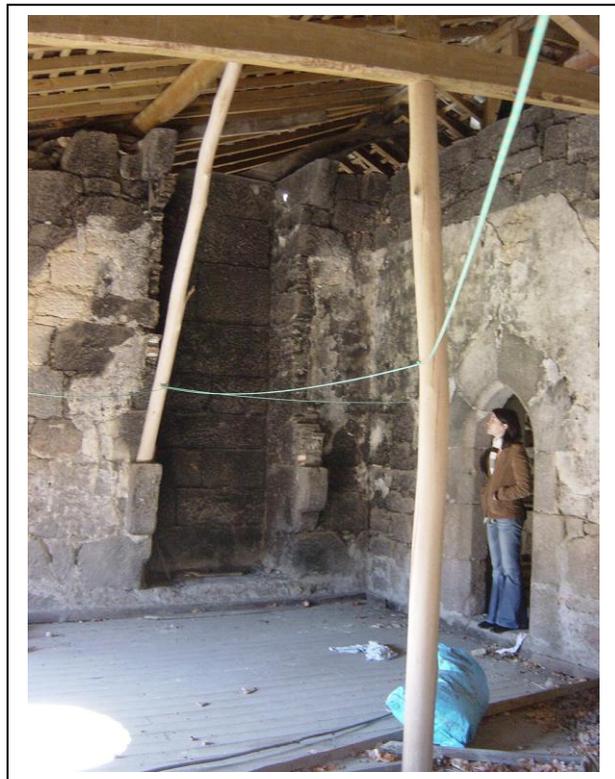


Ilustração 58: Antiga chaminé da sala da torre medieval. Foto da autora.

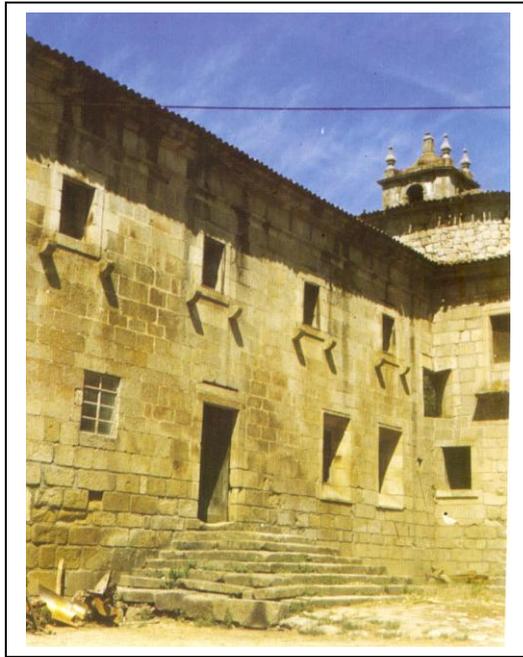


Ilustração 59: A porta, exterior, para o auditório do Prior, em ALVES, Alexandre, *O real mosteiro de Santa Maria de Maceira Dão (Concelho de Mangualde)*, Viseu, Câmara Municipal de Mangualde, 1992.



Ilustração 60: Porta do claustro para o refeitório. Foto da autora.

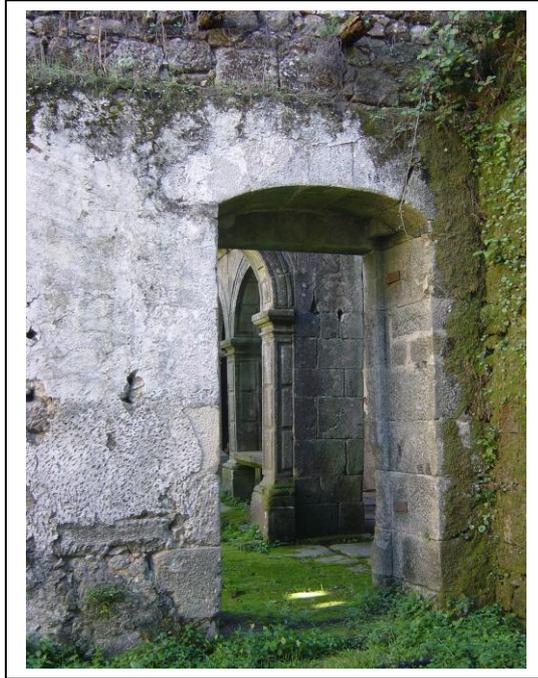


Ilustração 61: Porta do refeitório para o claustro. Foto da autora.



Ilustração 62: Refeitório (fotos do Dr. Pedro Pina Nóbrega) e lavabo do refeitório no claustro (foto da autora).



Ilustração 63: Interior do refeitório. Foto do Dr. Pedro Pina Nóbrega.



Ilustração 64: Visualização das janelas exteriores do refeitório, a partir da portaria. Foto da autora.



Ilustração 65: Cozinha. Fotos da autora.

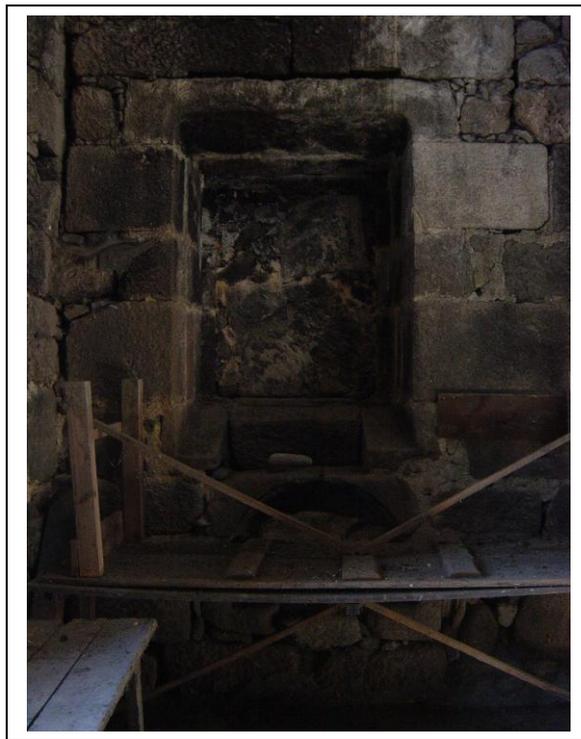


Ilustração 66: Fonte na cozinha. Foto da autora.

7. Na cerca



Ilustração 67: Paisagem a partir da torre sineira. Foto do Dr. Pedro Pina Nóbrega.



Ilustração 68: Paisagem a partir da torre sineira. Foto da autora.



Ilustração 69: "... um caminho medieval, de lagedo largo, galga uma ponte que lhe é coeva...". Foto cedida pelo IPPAR.



Ilustração 70: Dentro da cerca. Foto da autora.



Ilustração 71: Visualização do mosteiro a partir da casa de fresco. Foto do Dr. Pedro Pina Nóbrega.



Ilustração 72: Casa de fresco. Foto da autora.

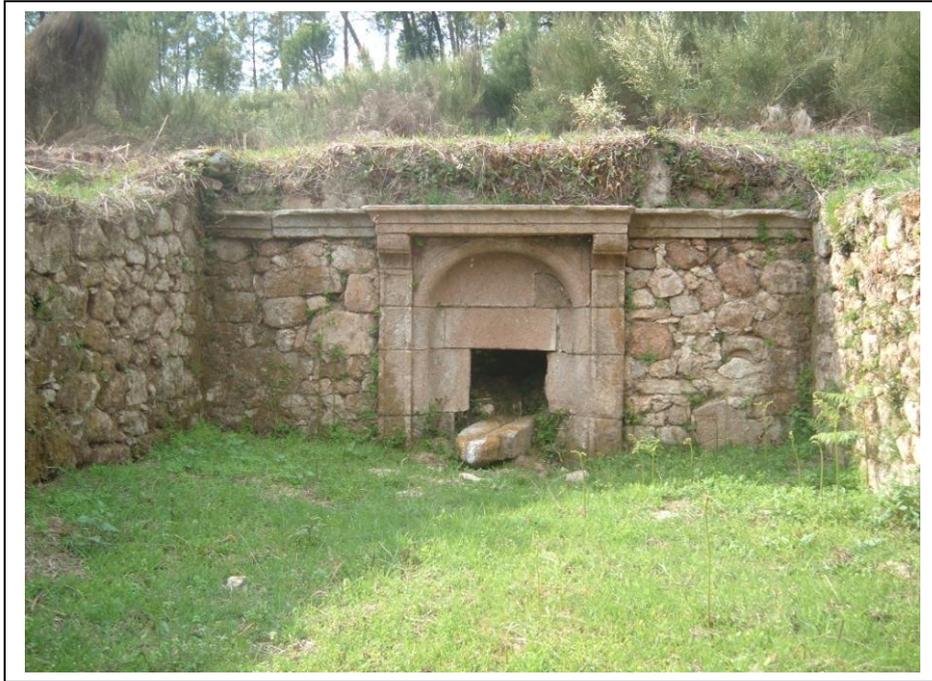


Ilustração 73: Casa de fresco. Foto do Dr. Pedro Pina Nóbrega.

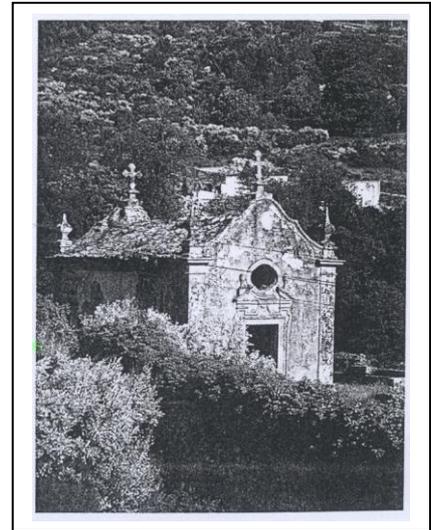


Ilustração 74: Igreja da Senhora da Cabeça (foto do Dr. Pedro Pina Nóbrega) e Capela de Santa Umbelina, em PAGARÁ, Ana Fátima, *O Mosteiro de São João de Tarouca: um importante legado cisterciense a preservar*, “Actas. Cister. Espaços, territórios e paisagens. Colóquio internacional de 16-20 de Junho 1998. Mosteiro de Alcobaça”, volume II, Ministério da Cultura/Instituto Português do Património Arquitectónico, Lisboa, Dezembro de 2000, p.641-652.

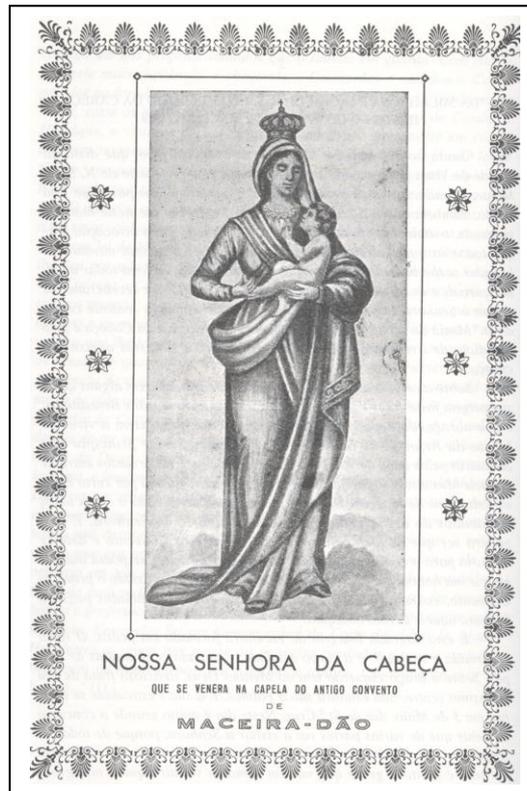


Ilustração 75: Imagem de N. Sr.^a Da Cabeça, venerada em Maceira Dão, em ALVES, Alexandre, *O real mosteiro de Santa Maria de Maceira Dão (Concelho de Mangualde)*, Viseu, Câmara Municipal de Mangualde, 1992.



Ilustração 76: Ruínas da “prisão da granja”. Foto do Dr. Pedro Pina Nóbrega.



Ilustração 77: Idem.



Ilustração 78: Idem.



Ilustração 79: Idem.



Ilustração 80: Idem.



Ilustração 81: Pequena torre a poente do mosteiro. Foto do Dr. Pedro Pina Nóbrega.



Ilustração 82: Tipo de aparelho da edificação referida na Ilustração 81. Foto do Dr. Pedro Pina Nóbrega.

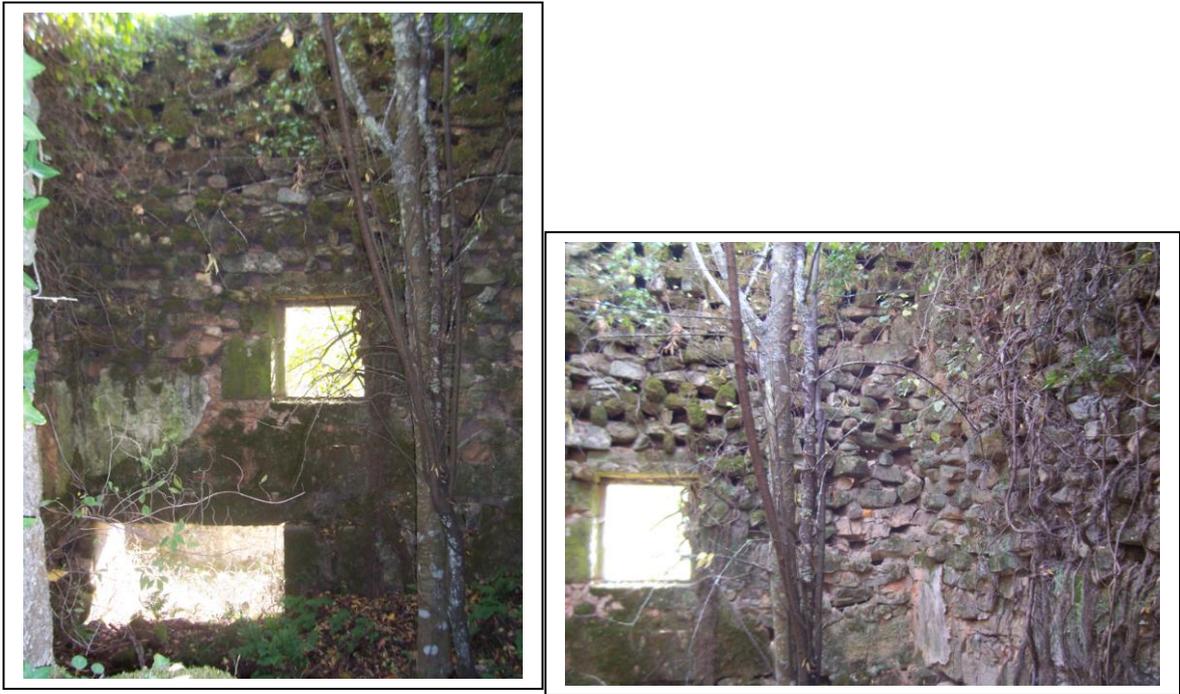


Ilustração 83: Idem.

8. Análise da igreja

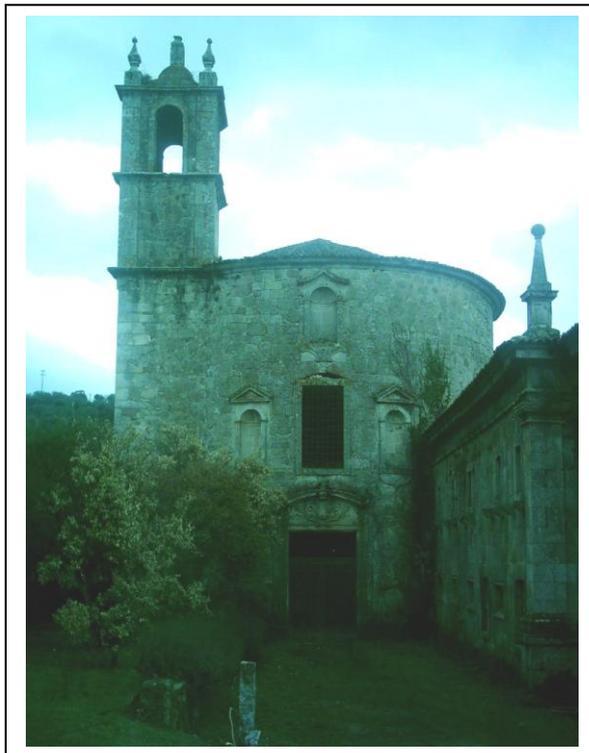


Ilustração 84: Fachada da igreja. Foto do Dr. Pedro Pina Nóbrega.



Ilustração 85: Os três nichos da fachada da igreja. Foto do Dr. Pedro Pina Nóbrega.

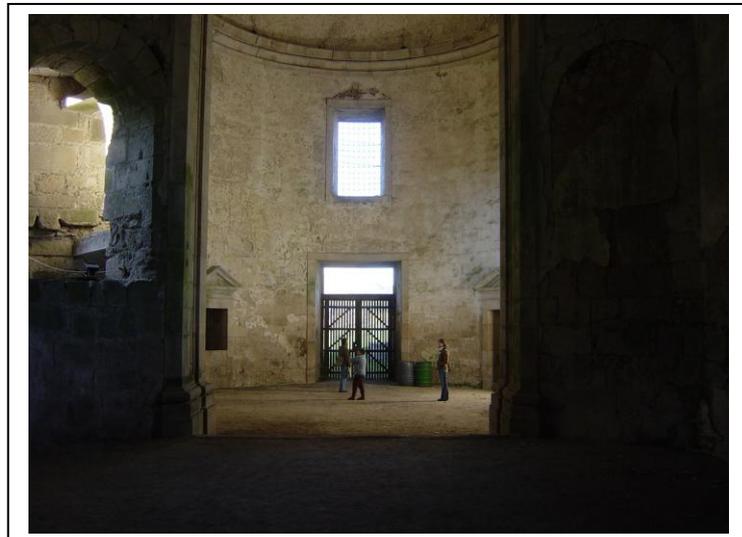


Ilustração 86: Interior da igreja. Fotos da autora.

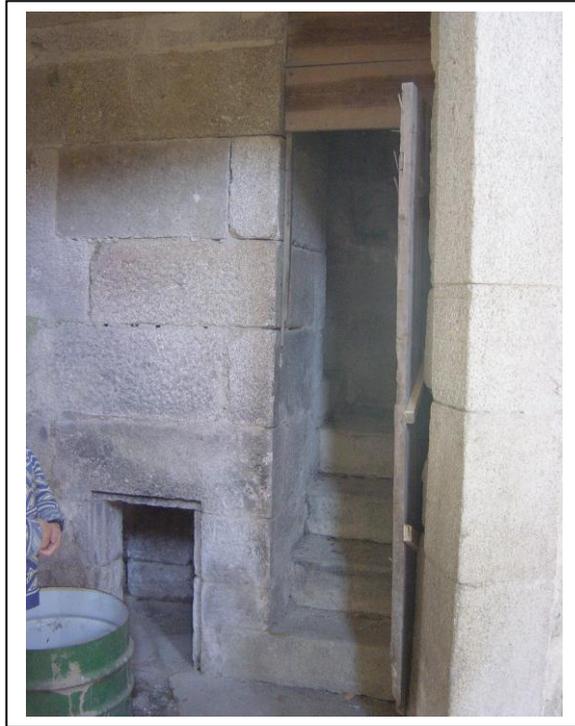


Ilustração 87: entrada para a torre, a partir do corpo da igreja. Foto da autora.



Ilustração 88: Orifício para passagem das cordas dos sinos na torre sineira. Foto da autora.



Ilustração 89: Cúpula da torre sineira. Foto da autora.

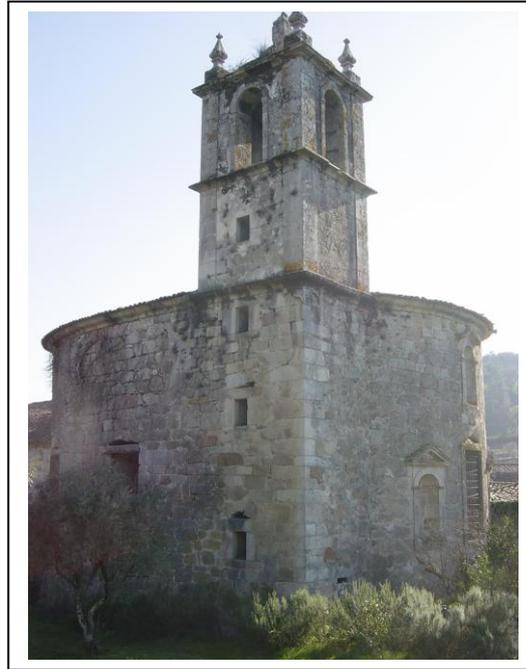


Ilustração 90: Aparelho da fachada da torre sineira. Foto do Dr. Pedro Pina Nóbrega.

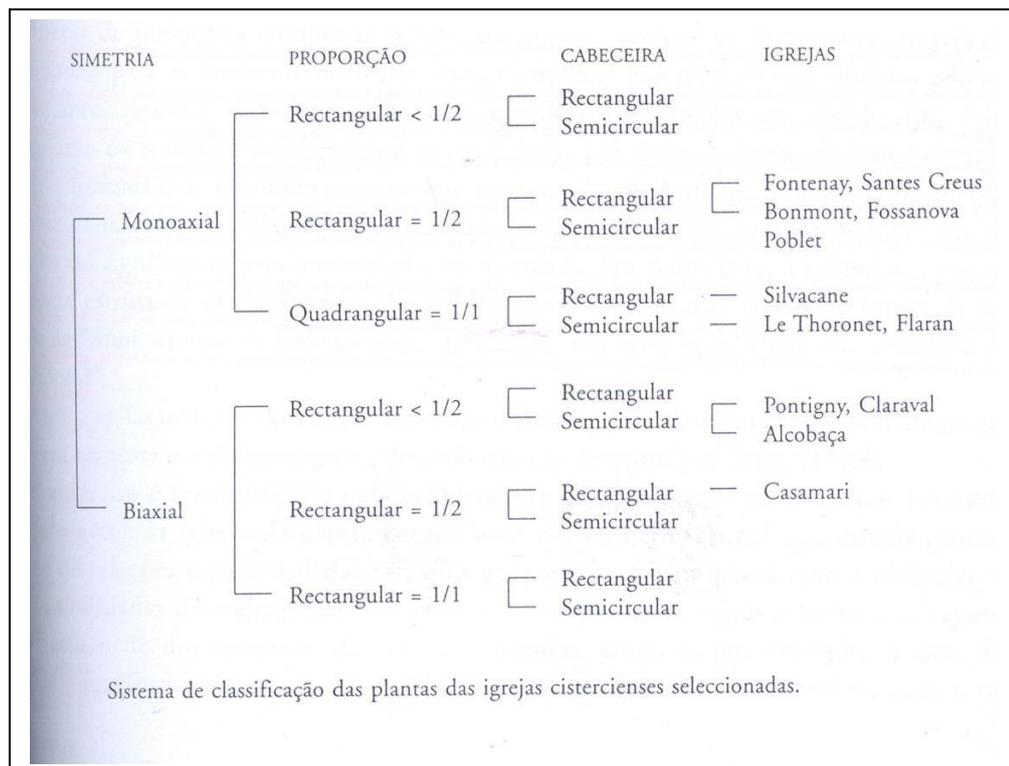


Ilustração 91: Tipos de igrejas cistercienses, em KRUGER, Mário Júlio Teixeira, SILVA, Cidália Maria Ferreira da, *A gramática da forma das igrejas cistercienses*, “Actas. Cister. Espaços, territórios e paisagens. Colóquio internacional de 16-20 de Junho 1998. Mosteiro de Alcobaça”, volume I, Ministério da Cultura/Instituto Português do Património Arquitectónico, Lisboa, Dezembro de 2000, p.309-342.

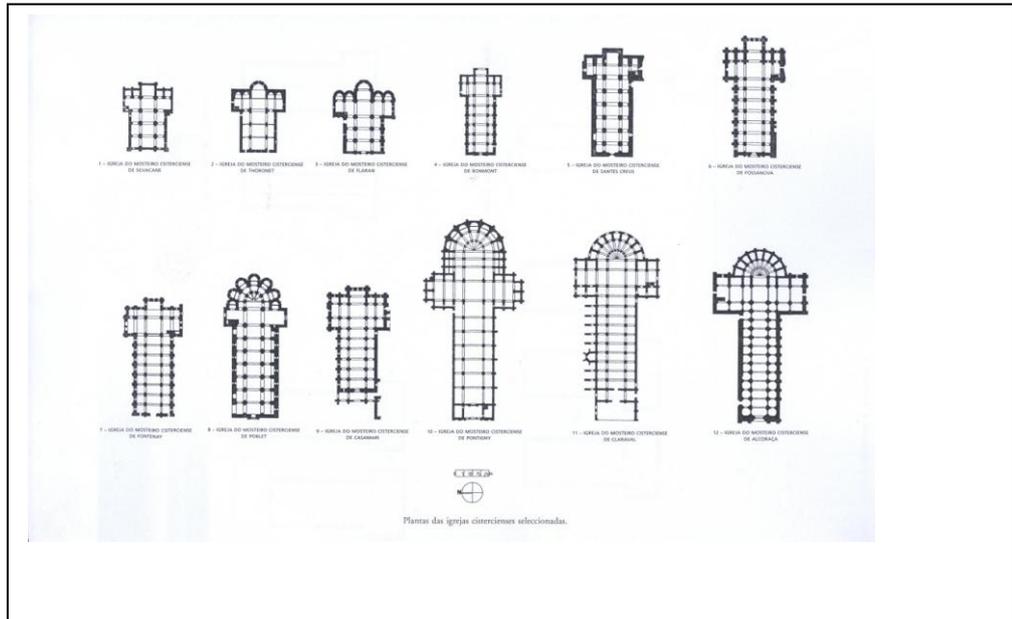


Ilustração 92: Tipos de igrejas cistercienses, em KRUGER, Mário Júlio Teixeira, SILVA, Cidália Maria Ferreira da, *A gramática da forma das igrejas cistercienses*, “Actas. Cister. Espaços, territórios e paisagens. Colóquio internacional de 16-20 de Junho 1998. Mosteiro de Alcobaça”, volume I, Ministério da Cultura/Instituto Português do Património Arquitectónico, Lisboa, Dezembro de 2000, p.309-342.

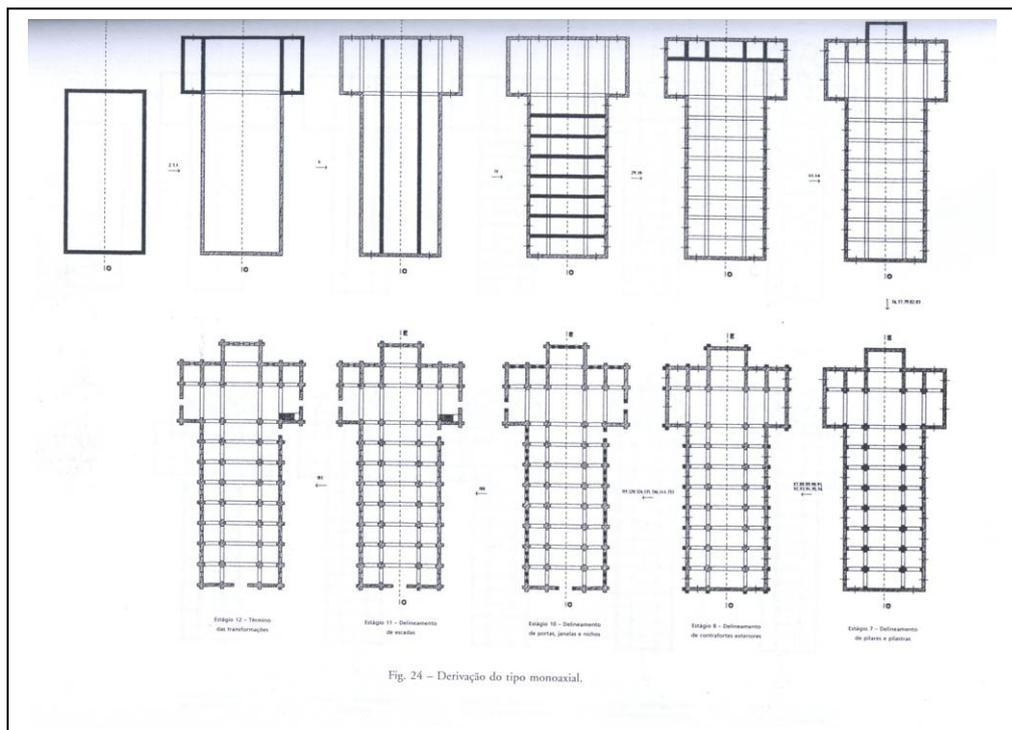


Ilustração 93: Tipo de igreja cisterciense monoaxial, em Tipos de igrejas cistercienses, em KRUGER, Mário Júlio Teixeira, SILVA, Cidália Maria Ferreira da, *A gramática da forma das igrejas cistercienses*, “Actas. Cister. Espaços, territórios e paisagens. Colóquio internacional de 16-20 de Junho 1998. Mosteiro de Alcobaça”, volume I, Ministério da Cultura/Instituto Português do Património Arquitectónico, Lisboa, Dezembro de 2000, p.309-342.

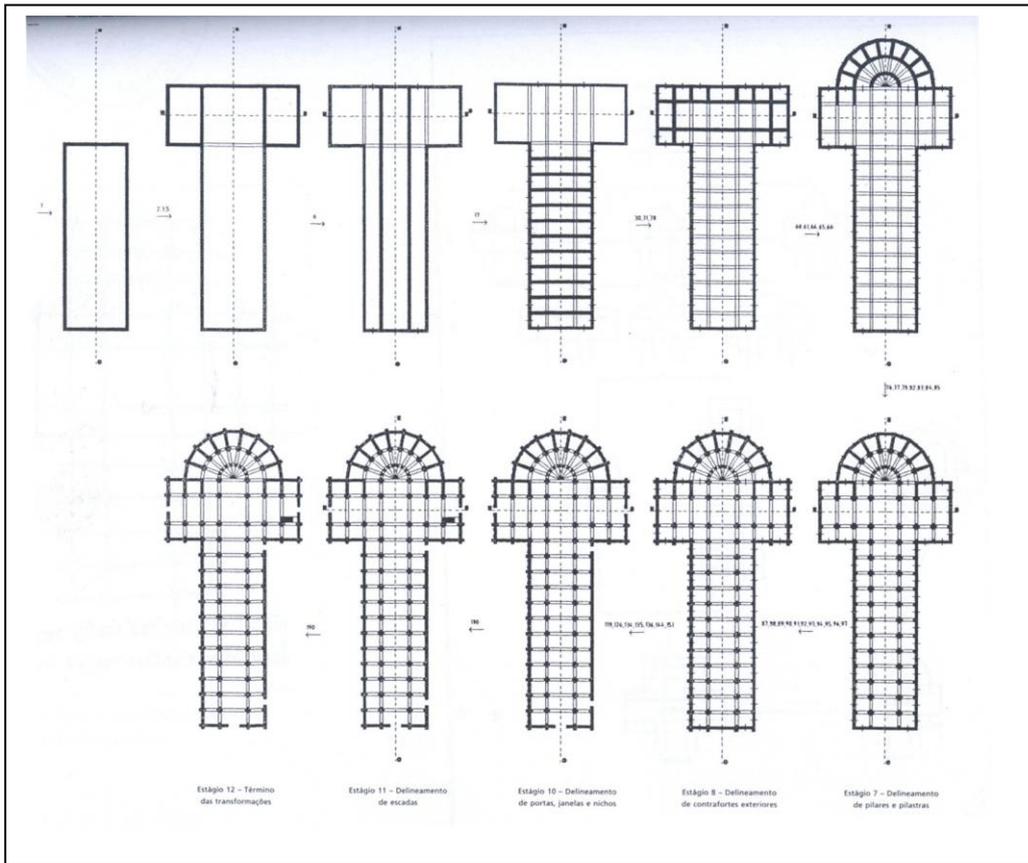


Ilustração 94: Tipo de igreja cisterciense biaxial, em *Tipos de igrejas cistercienses*, em KRUGER, Mário Júlio Teixeira, SILVA, Cidália Maria Ferreira da, *A gramática da forma das igrejas cistercienses*, “Actas. Cister. Espaços, territórios e paisagens. Colóquio internacional de 16-20 de Junho 1998. Mosteiro de Alcobaça”, volume I, Ministério da Cultura/Instituto Português do Património Arquitectónico, Lisboa, Dezembro de 2000, p.309-342.

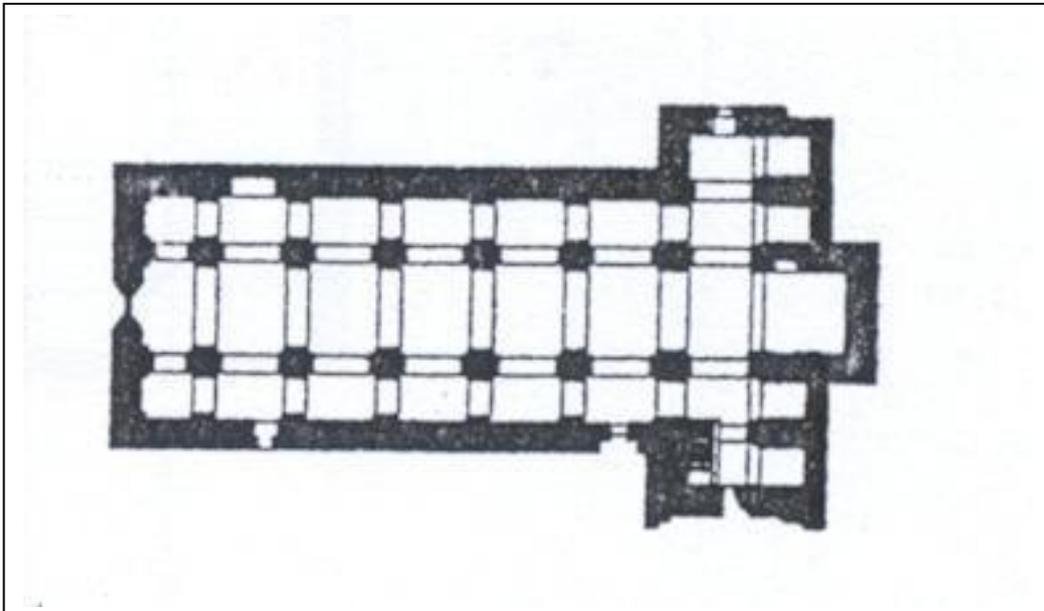


Ilustração 95: Igreja do mosteiro cisterciense de Santes Creus, em KRUGER, Mário Júlio Teixeira, SILVA, Cidália Maria Ferreira da, *A gramática da forma das igrejas cistercienses*, “Actas. Cister. Espaços, territórios e paisagens. Colóquio internacional de 16-20 de Junho 1998. Mosteiro de Alcobaça”, volume I, Ministério da Cultura/Instituto Português do Património Arquitectónico, Lisboa, Dezembro de 2000, p.309-342.

9. Proposta de reconstituição do mosteiro

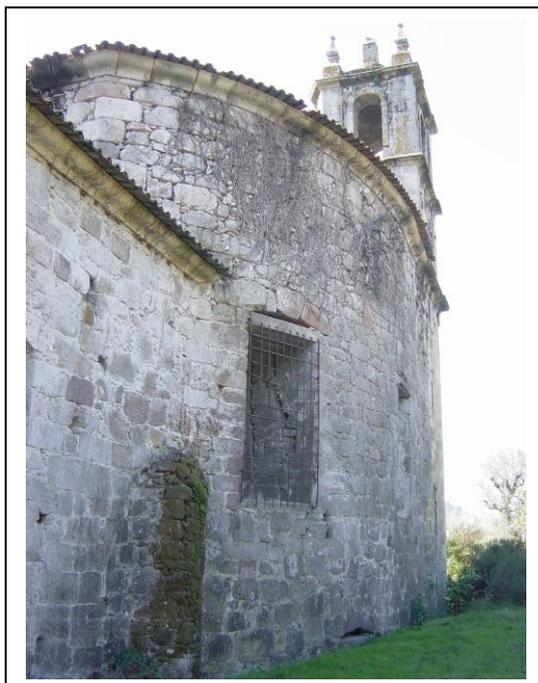


Ilustração 96: Troço da fachada norte da igreja de Maceira Dão. Foto do Dr. Pedro Pina Nóbrega.



Ilustração 97: Idem.



Ilustração 98: Fachada norte da igreja do mosteiro de Maceira Dão. Foto do Dr. Pedro Pina Nóbrega.



Ilustração 99: Portas de acesso ao “campo santo” (à esquerda) e à sacristia (à direita). Fotos da autora.

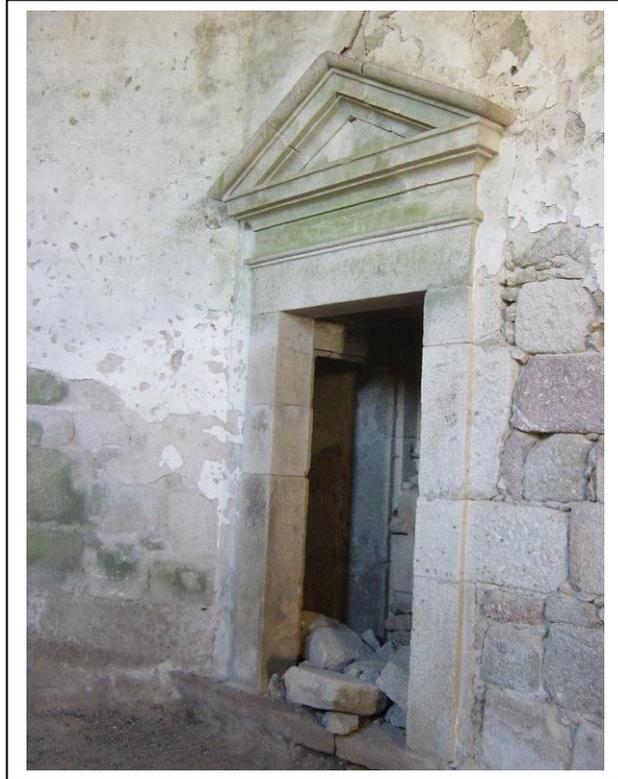


Ilustração 100: Porta de acesso da igreja à sacristia. Foto da autora.

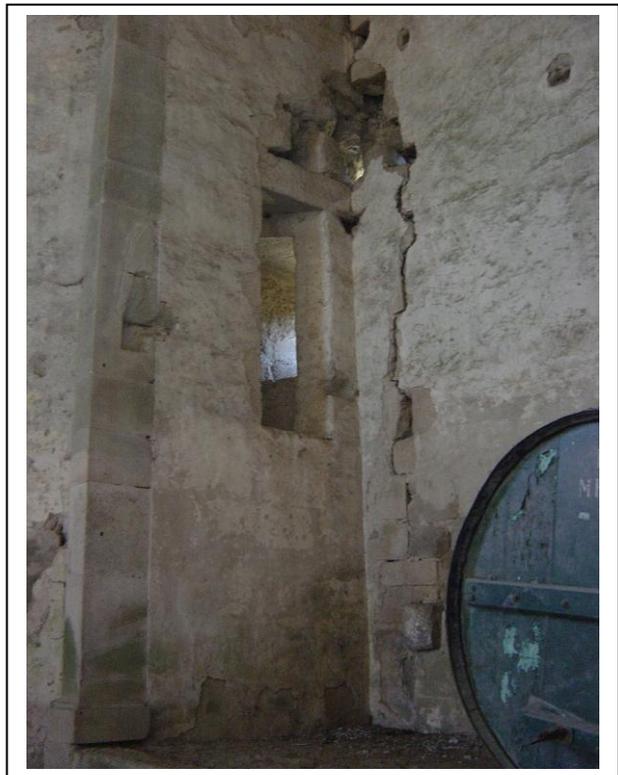


Ilustração 101: Fissura na parede da capela-mor. Foto da autora.



Ilustração 102: Fachada sul do mosteiro. Foto cedida pelo IPPAR.

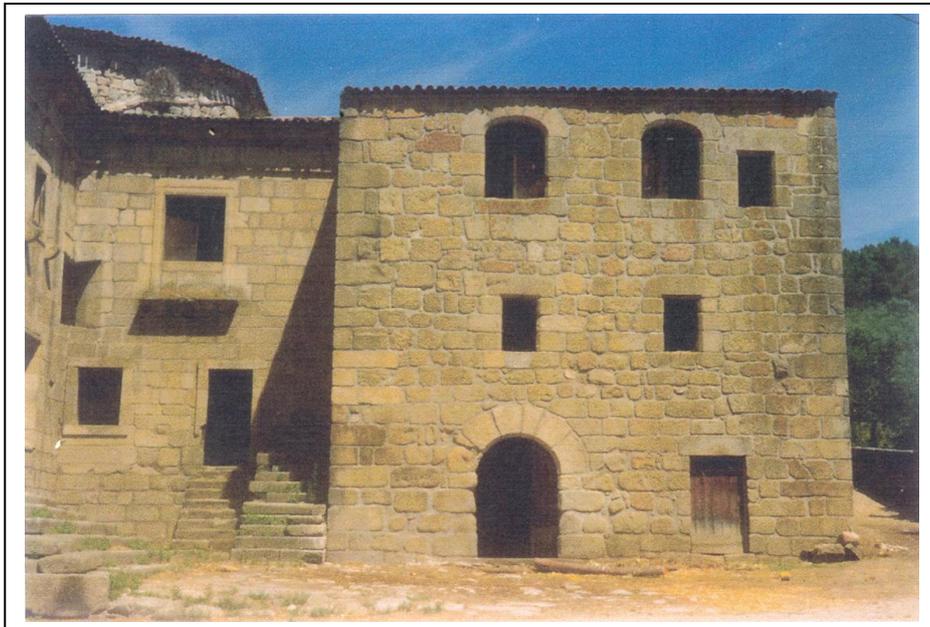


Ilustração 103: Torre medieval. Foto cedida pelo IPPAR.

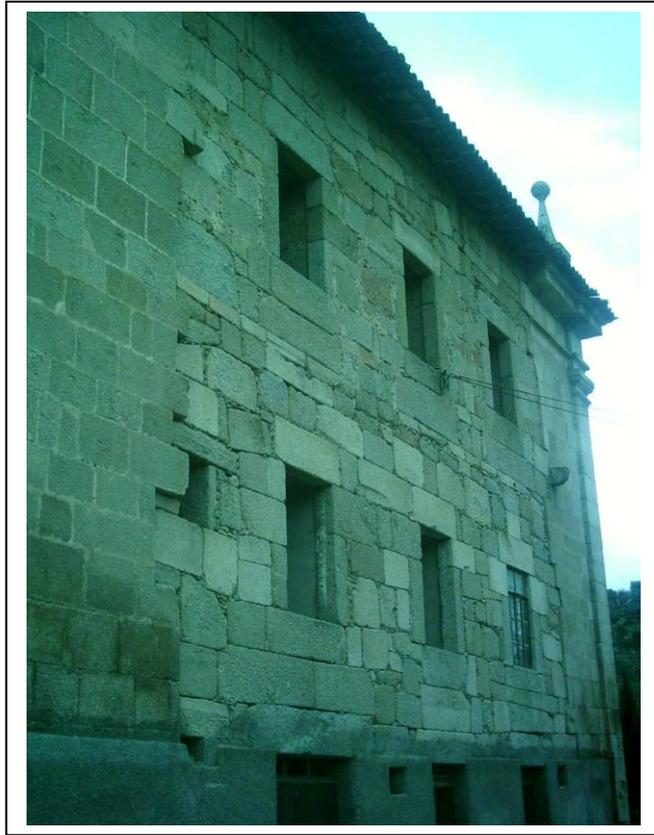


Ilustração 104: Parte da fachada sul do mosteiro. Foto do Dr. Pedro Pina Nóbrega.

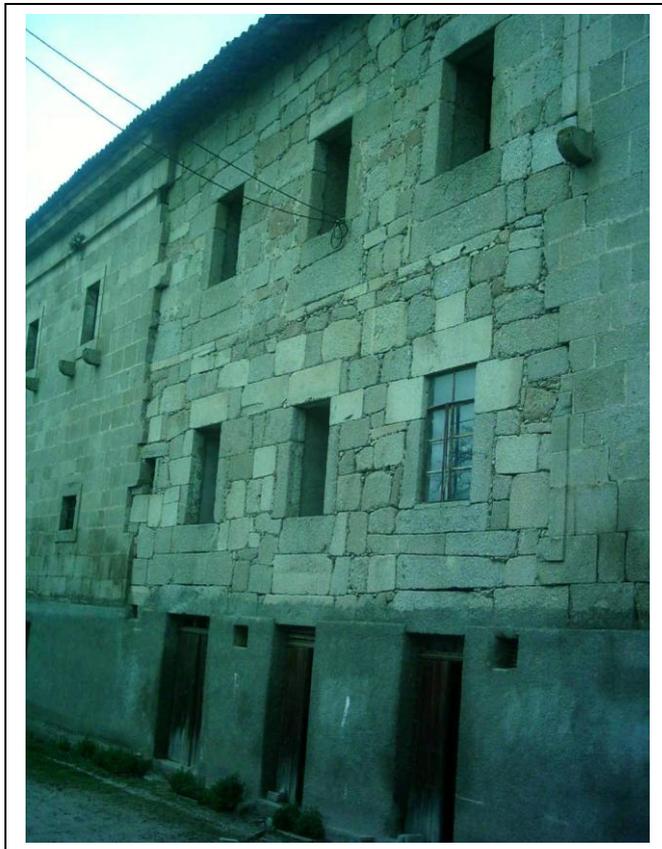


Ilustração 105: Idem.

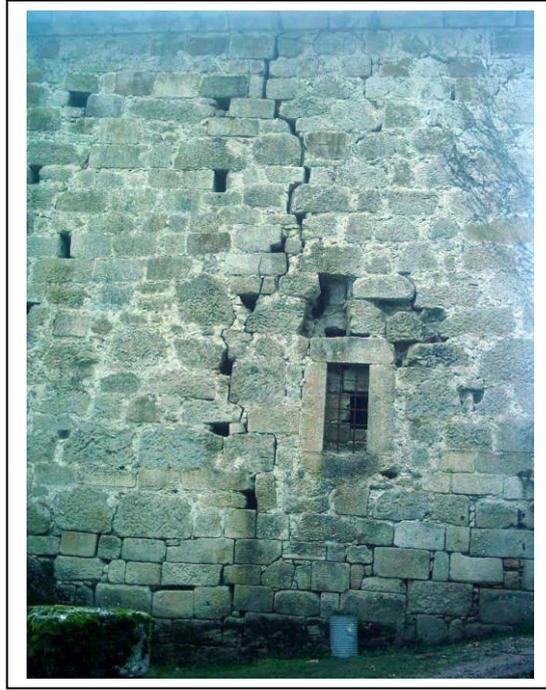


Ilustração 106: Idem.



Ilustração 107: Porta que abre para o ar, nas escadas para o 1º piso. Fotos da autora.

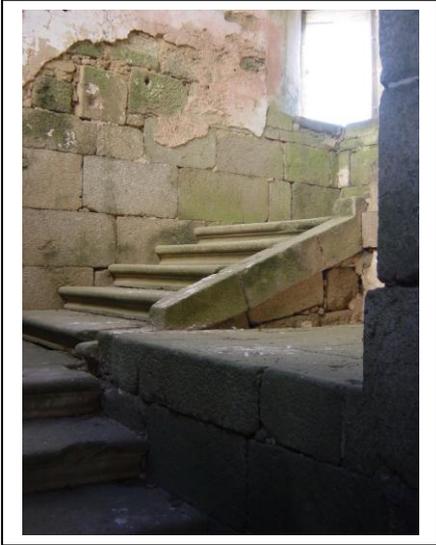


Ilustração 108: Escadas para o 1º piso. Foto da autora.

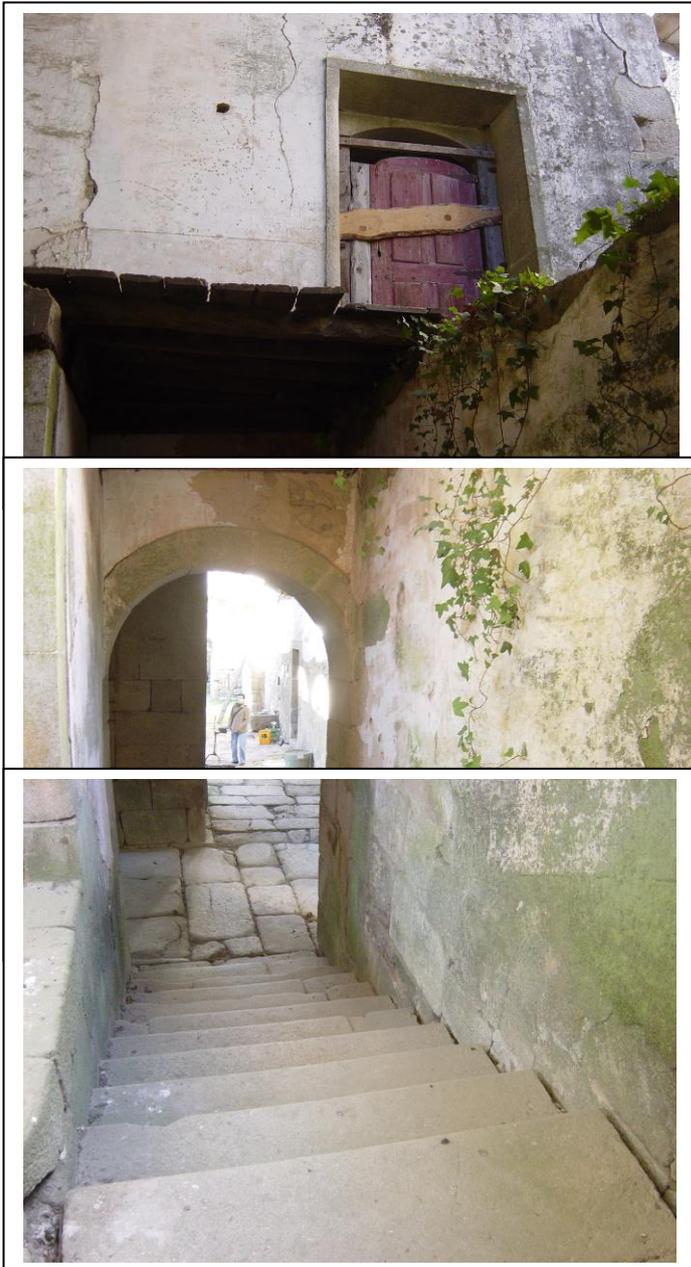


Ilustração 109: Visualização do piso superior a partir do primeiro patamar das escadas para o dormitório. Fotos da autora.



Ilustração 110: Porta de entrada para o corredor do dormitório. Foto da autora.

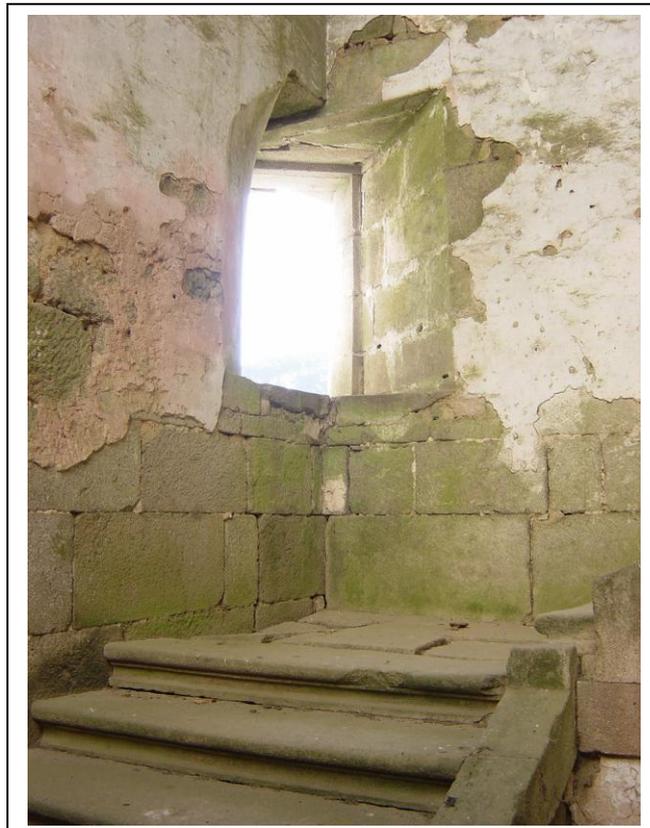


Ilustração 111: Janela de canto nas escadas para o piso superior. Foto da autora.



Ilustração 112: Espaço residual devido à mudança da forma da igreja. Fotos da autora.

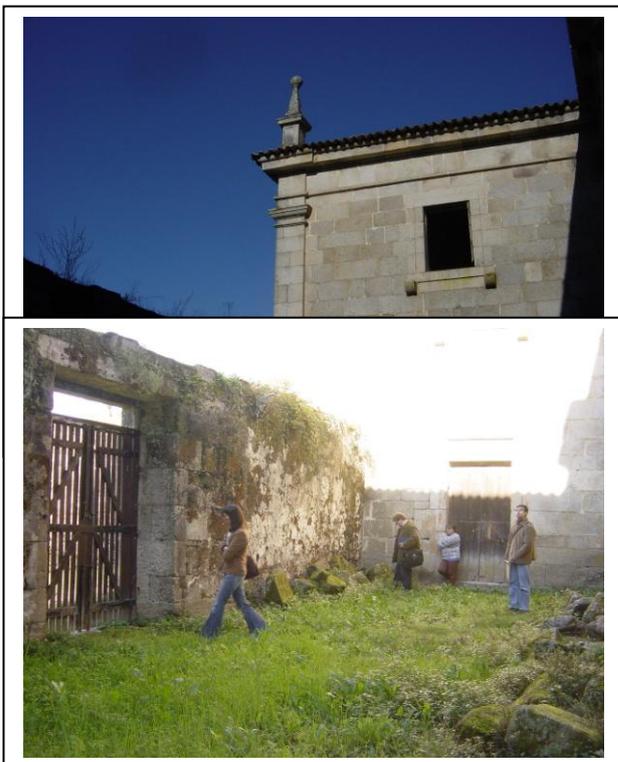


Ilustração 113: Portaria. Fotos da autora.

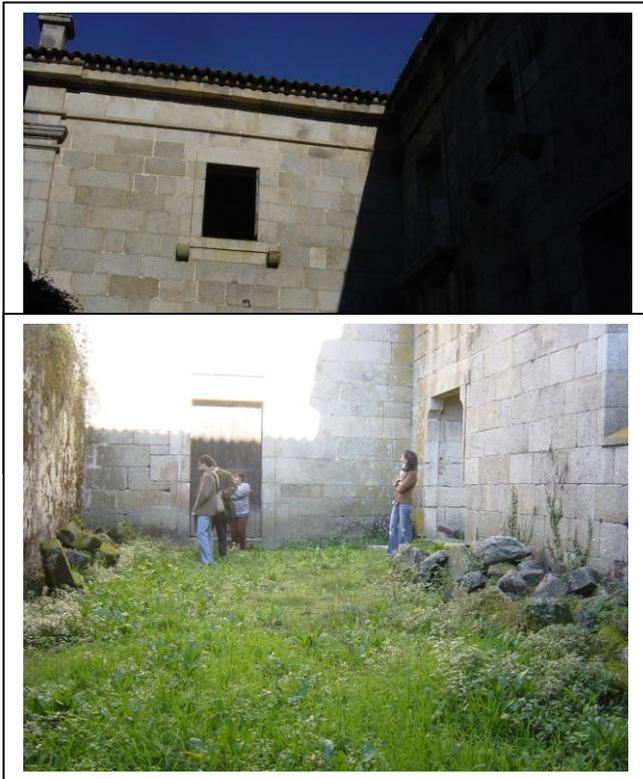


Ilustração 114: Idem.

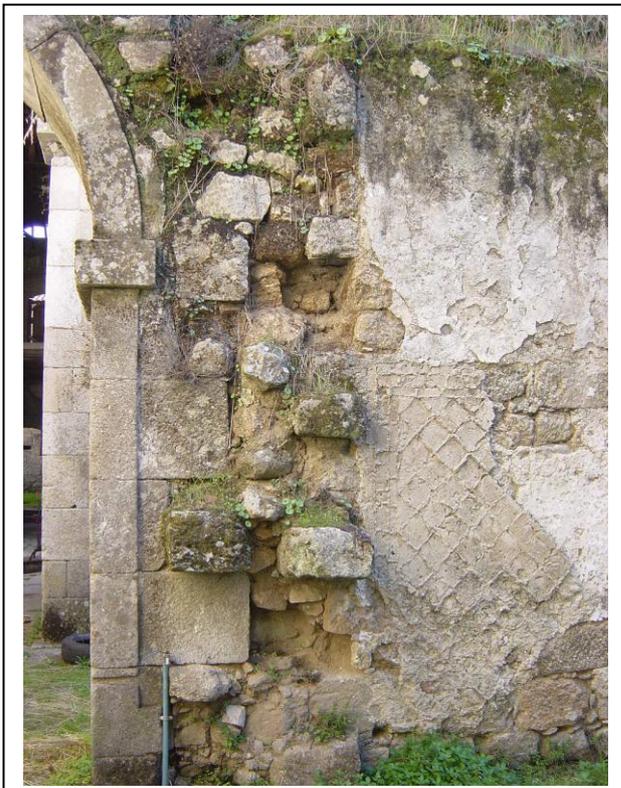


Ilustração 115: Parede de separação do refeitório para a primitiva portaria (antes da mudança para a torre). Foto da autora.

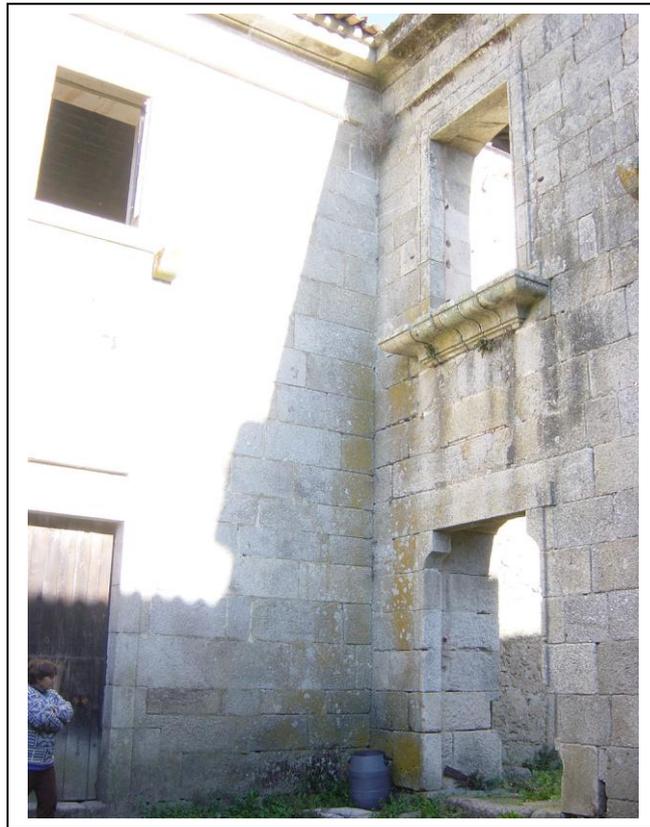


Ilustração 116: Portas das duas portarias: a mais antiga, e a que se seguiu. Foto da autora.

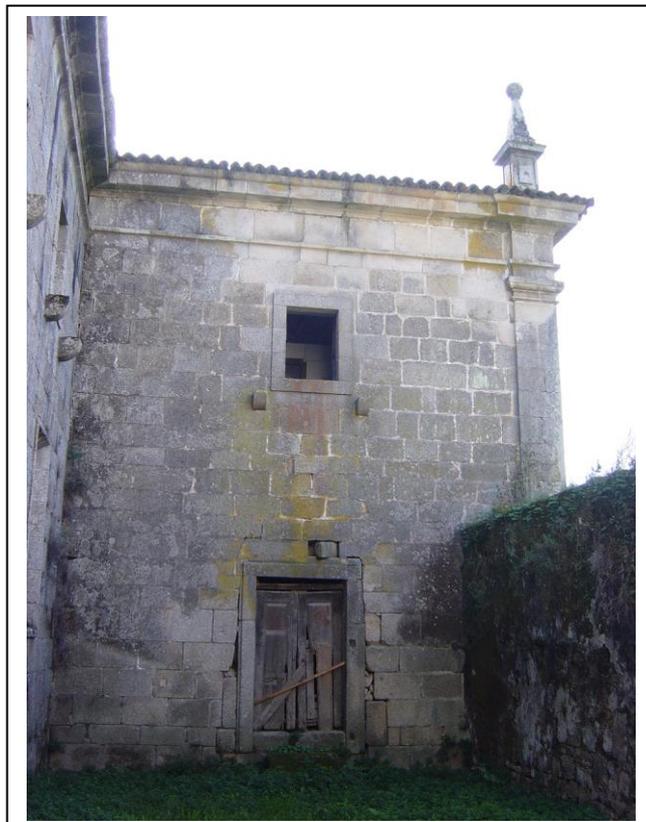


Ilustração 117: A porta da cozinha na portaria. Foto da autora.



Ilustração 118: Fachada poente. Foto cedida pelo IPPAR.



Ilustração 119: Fachada poente. Foto do Dr. Pedro Pina Nóbrega.



Ilustração 120: Coberturas. Foto do Dr. Pedro Pina Nóbrega.



Ilustração 121: Idem.



Ilustração 122: Visualização das coberturas a partir da torre sineira. Foto da autora.



Ilustração 123: Celas acrescentadas, no piso superior. Foto da autora.



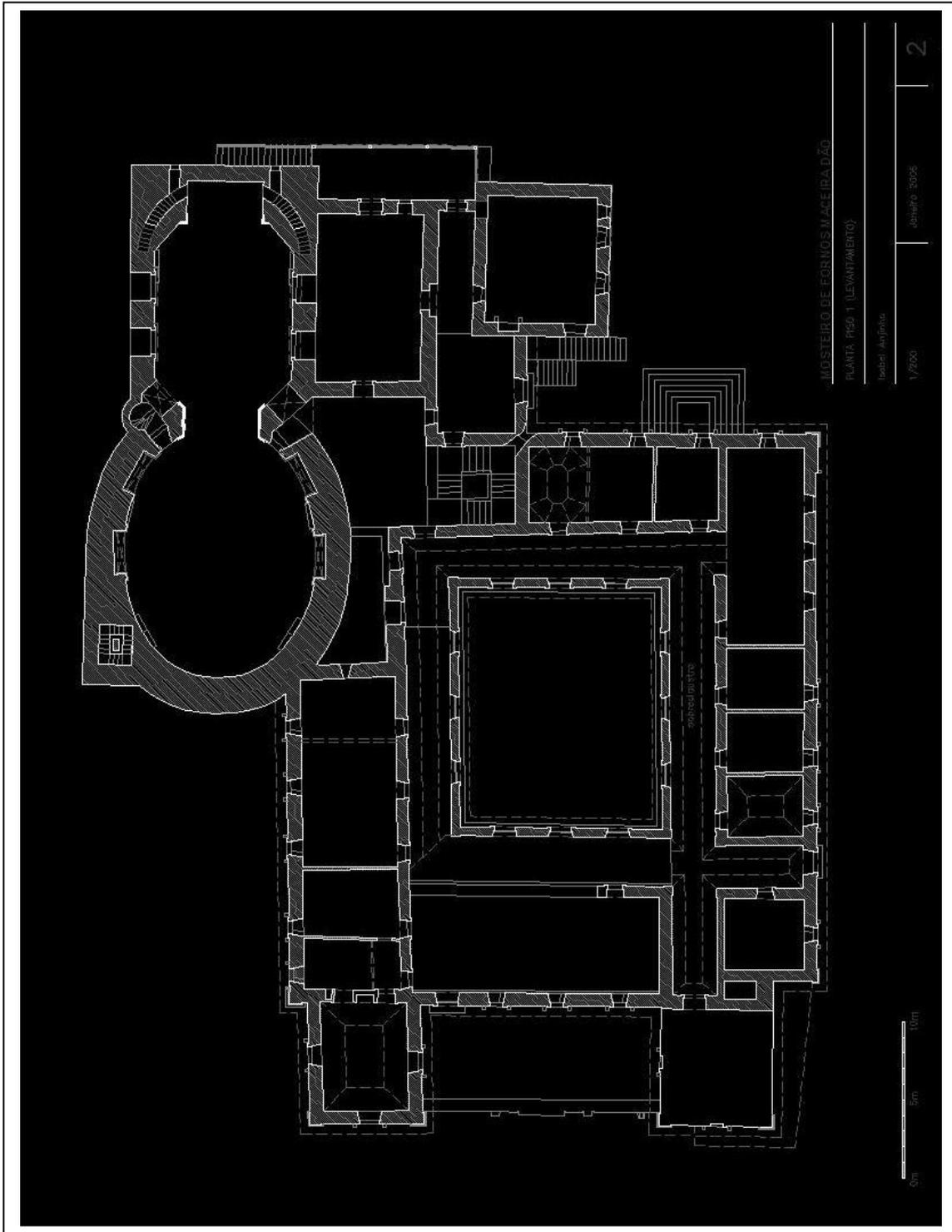
Ilustração 124: Pormenor decorativo do claustro. Foto da autora.



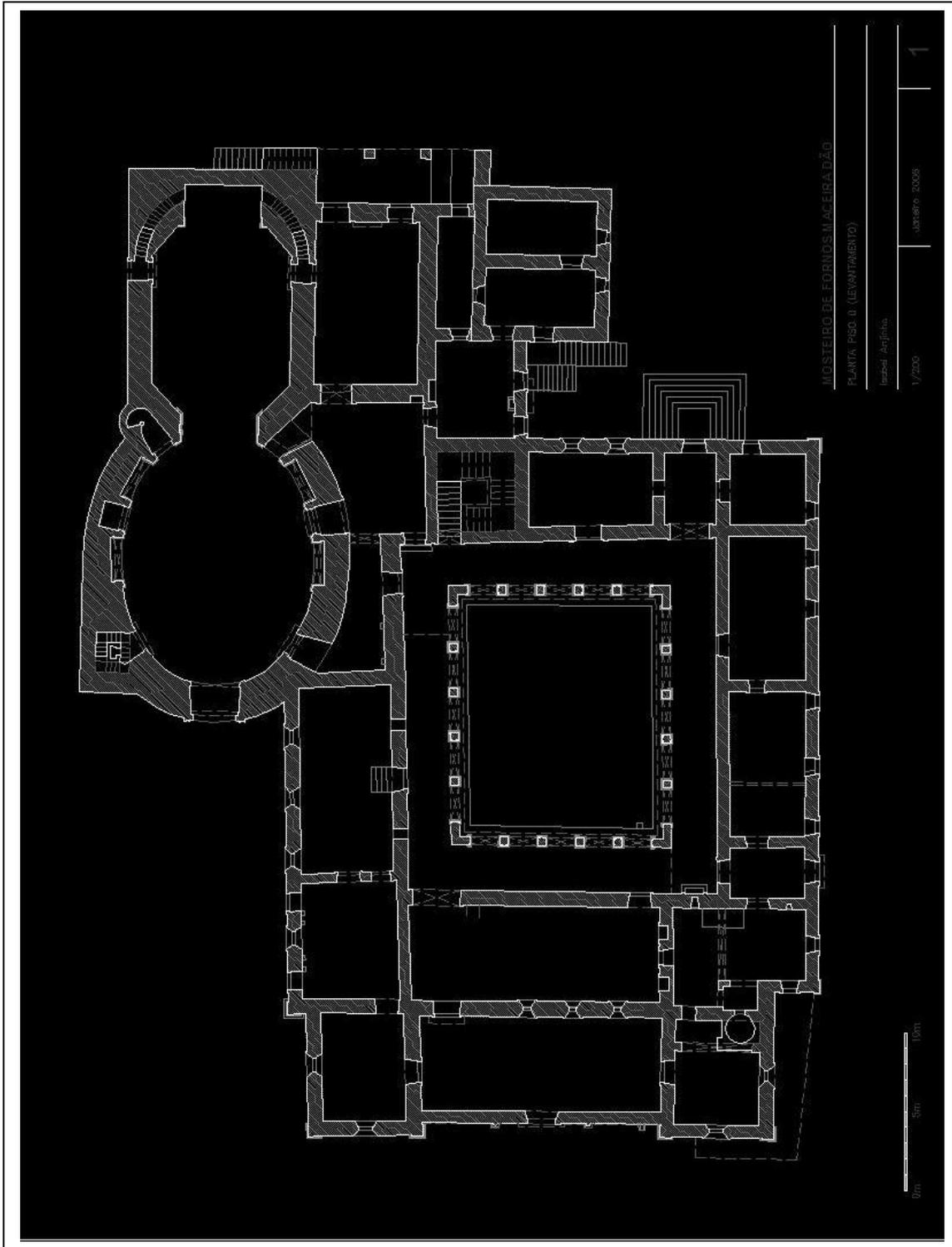
Ilustração 125: Datação no claustro. Foto da autora.

PEÇAS DESENHADAS

**LEVANTAMENTO DO MOSTEIRO DE
SANTA MARIA DE MACEIRA DÃO**



Planta do piso 1 (levantamento)



Planta do piso 0 (levantamento)

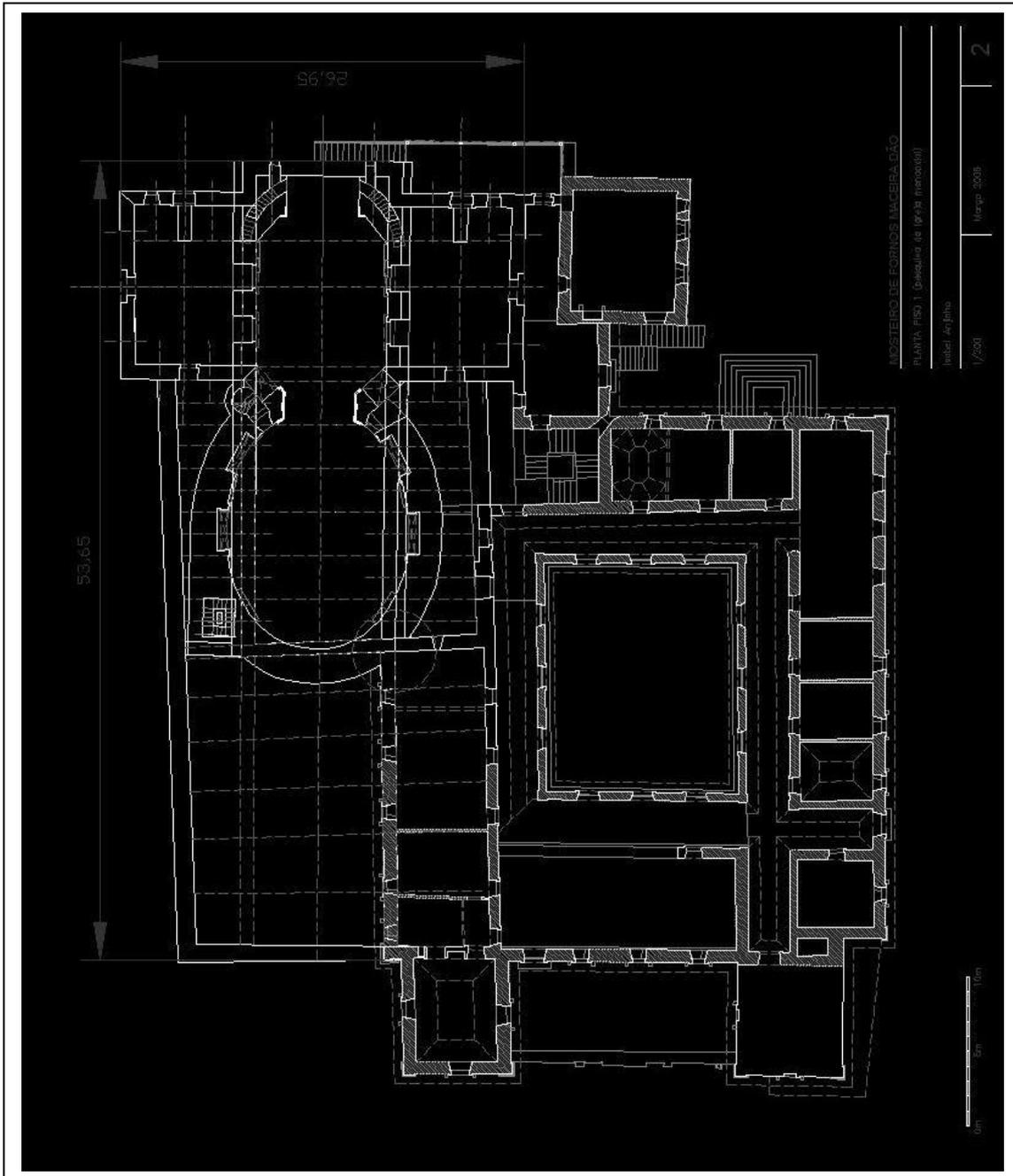


Alçado principal e alçado posterior (levantamento)

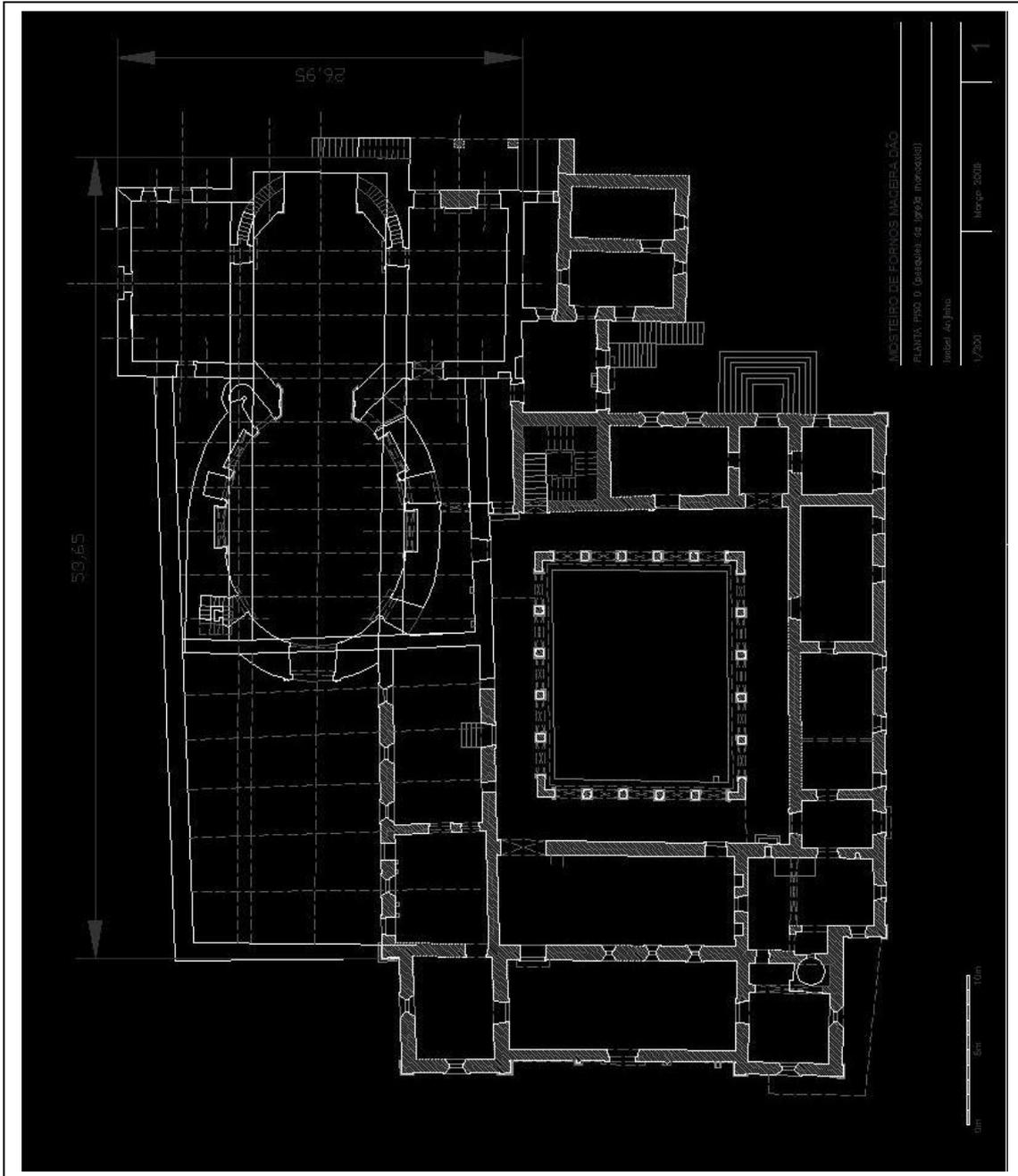


Alçado lateral direito e alçado lateral esquerdo (levantamento)

HIPÓTESE:
IGREJA MONOAXIAL



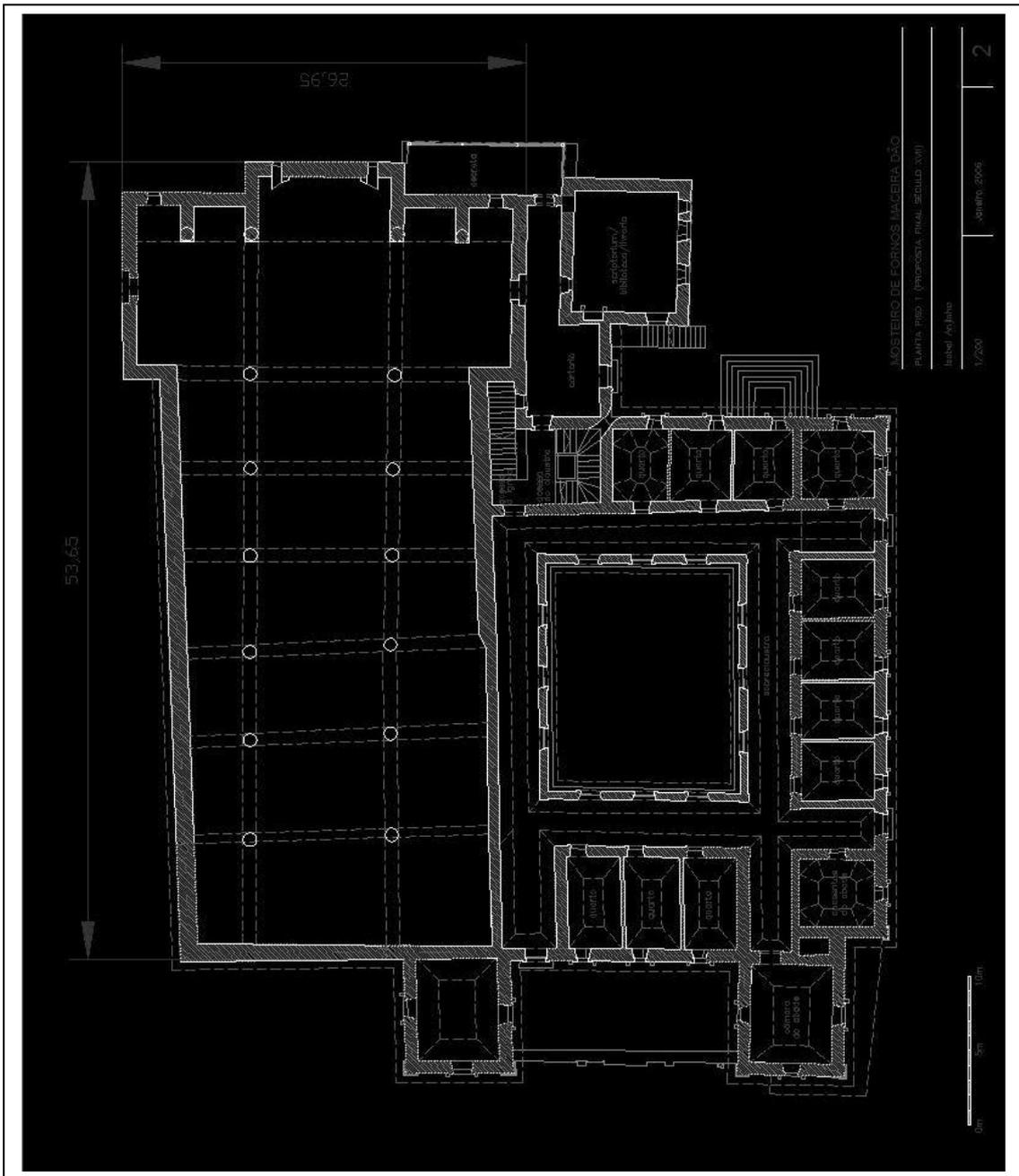
Planta do piso 1 (igreja monoaxial)



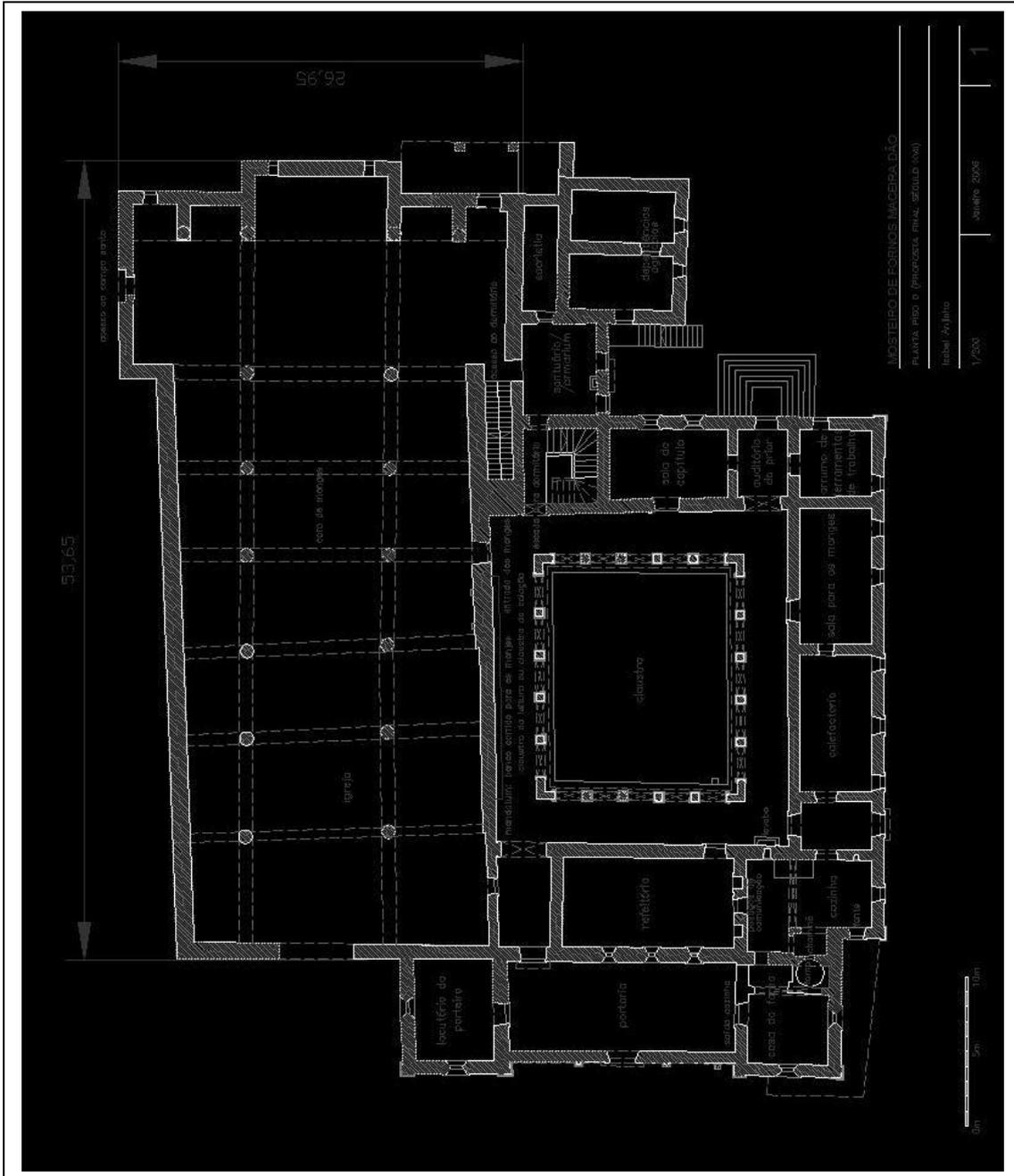
Planta do piso 0 (igreja monoaxial)

**O MOSTEIRO DE SANTA MARIA DE
MACEIRA DÃO
NO INÍCIO DO SÉCULO XVII**

**O MOSTEIRO DE SANTA MARIA DE
MACEIRA DÃO
NO FINAL DO SÉCULO XVII**



Planta do piso 1 (final do séc. XVII)

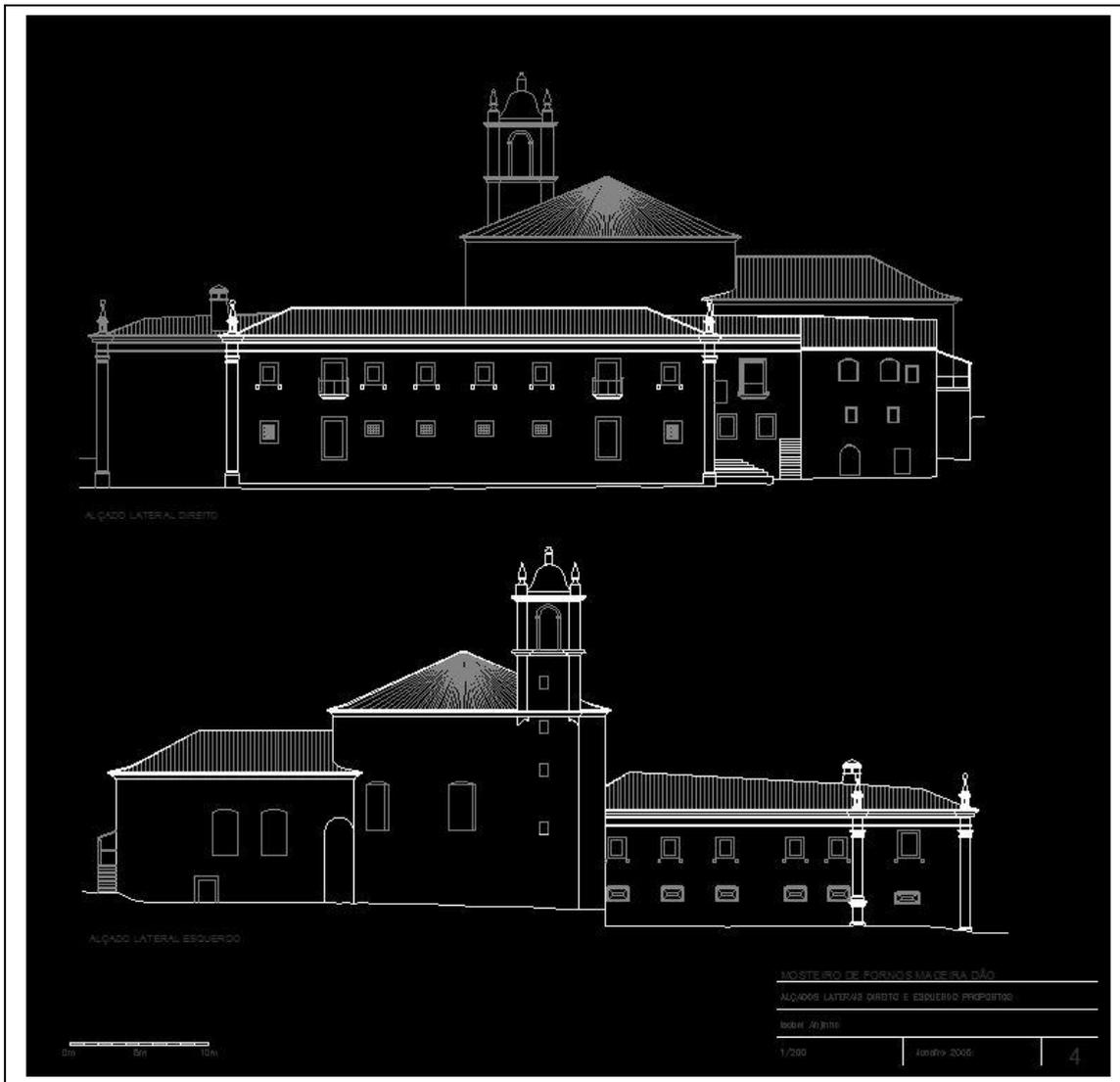


Planta do piso 0 (final do séc. XVII)

**O MOSTEIRO DE SANTA MARIA DE
MACEIRA DÃO
NO FINAL DO SÉCULO XVIII**



Alçados principal e posterior (proposta)



Alçados lateral direito e esquerdo (proposta)